ÍTALO DE AQUINO

A *REVISTA BRASILIENSE* e a estratégia nacionalista

Monografia de Mestrado apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Mestre em História Social
sob a orientação da Profª Drª Raquel Glezer

São Paulo
1996

ÍTALO DE AQUINO

A *REVISTA BRASILIENSE* e a estratégia nacionalista

ÍTALO DE AQUINO

A *REVISTA BRASILIENSE* e a estratégia nacionalista

Monografia de Mestrado apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Mestre em História Social
sob a orientação da Profª Drª Raquel Glezer

São Paulo
1996

Agradecimentos

A Raquel Glezer pela orientação e compreensão, ao CNPQ pela ajuda financeira, sem, porém, esquecer que: "A esmagadora maioria dos inventores, pesquisadores, cientistas e doutores jamais poderia desempenhar suas funções se centenas de milhares de trabalhadores, milhões na verdade, não tivessem produzido os laboratórios, os edifícios, as máquinas, os aparatos, os instrumentos e os materiais com os quais operam, se o sobreproduto social, produzido pela massa total de produtores, não lhes tivesse assegurado o necessário tempo de trabalho livre da pressão de reproduzir sua existência imediata, sem o qual não poderiam dedicar-se ao trabalho científico; se gerações passadas e presentes de outros inventores, pesquisadores, cientistas e doutores não tivessem realizado o necessário trabalho antecedente e concomitante, sem o qual, na maioria dos casos, a atividade científica seria impossível" (Ernest Mandel)

Resumo

O pensamento nacionalista atraiu amplos setores da sociedade brasileira no interregno de governos civis de 1945 a 1964. Sob a inspiração desse pensamento um grupo de intelectuais, paulistas na sua maioria, agruparam-se em torno ao projeto de uma revista. Nascia em 1955 a *Revista Brasiliense*, sob a direção de Caio Prado Jr. e Elias Chaves Neto. Enquadrada ideologicamente à esquerda ela permite entender em profundidade a estratégia do nacionalismo de esquerda de colaboração de classes, entre o proletariado e a chamada burguesia nacional. Em função de sua opção política, o golpe militar de 1964 impediu a circulação da revista, sendo uma das primeiras publicações a ser cassada pela ditadura. Idealizando um projeto de nação em todos os seus quadrantes, a leitura dos 51 números publicados possibilita verificar que a revista se preocupou em fornecer a seu público leitor informação e formação sobre os mais diversos assuntos. Desde o cotidiano da política nacional, até artigos de aprofundamento teórico sobre a economia do capitalismo, sobre as bases filosóficas do materialismo, sem desprezar a necessidade de fundamentar uma intervenção na conjuntura da época através de contribuições sobre políticas públicas e as táticas para a conquista de um governo de cunho nacionalista. A prova da amplidão do universo intelectual da revista pode ser encontrada no fato de que o mundo das artes conformou o maior número de artigos e referências jornalísticas publicados. A *Revista Brasiliense* constitui uma inestimável fonte historiográfica de recuperação da cultura histórica da época.

Lista de siglas e abreviaturas

BN: Burguesia Nacional

CSN: Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD: Companhia Vale do Rio Doce

ESG: Escola Superior de Guerra
EUA: Estados Unidos da América

FMI: Fundo Monetário Internacional

ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros

Jango: João Goulart
JK: Juscelino Kubitschek

PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCUS: Partido Comunista da União Soviética
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSD: Partido Social Democrático
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

RB: Revista Brasiliense

Sumoc: Superintendência da Moeda e do Crédito

UDN: União Democrática Nacional
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
1. INTRODUÇÃO	4
2. PERFIL	11
2.1 APRESENTAÇÃO DA REVISTA BRASILIENSE	11
2.2 FORTUNA CRÍTICA	19
2.3 ARCABOUÇO TEÓRICO E POLÍTICO	26
2.3.1 FORMAÇÃO TEÓRICA	26
2.3.2 FORMAÇÃO POLÍTICA	35
3. EXTRATO	40
3.1 A ESTRATÉGIA NACIONALISTA	40
3.2 A QUESTÃO AGRÁRIA	55
3.3 A QUESTÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO	72
3.4 O MUNDO DAS ARTES	90
CONCLUSÃO	99
FONTES E BIBLIOGRAFIA	104

Apresentação

Rastrear o motivo que nos levou a eleger a *Revista Brasiliense* como objeto de pesquisa implica em retomar as preocupações que nos conduziram ao curso de História e ao desejo de entender nossa realidade presente.

No horizonte mais próximo, diríamos que é a tentativa de entender porque houve um golpe militar no Brasil, foi um dos motivos que nos estimulou a estudar esse período histórico.

A fim de realizar um estudo que mergulhasse suas análises no interregno dos governos civis de 1945 a 1964, encontramos na *Revista Brasiliense* um objeto privilegiado.

Tendo seu início recuado em nove anos, antes do golpe militar, ela foi um porta-voz da esquerda da época. Esse enquadramento ideológico foi fundamental para a consumação da escolha.

A questão ideológica foi um fator importante, porém não deve ser considerada com exclusiva. As demais características que a *RB* apresentava como a de pensar um projeto de nação, obrigou-nos a acompanhar essa aspiração em cada um de seus artigos, dos mais diretamente relacionados à estratégia do nacionalismo de esquerda até as propostas de arte, políticas públicas, industrialização etc.. O desafio foi grande.

Em seus 51 números, de quase duzentas páginas em média, as idéias pululavam. O que aparentemente poderia ser encarado como algo de eclético, escondia em suas páginas um eixo paradigmático: uma nação para se constituir deveria ser pensada sob a perspectiva de uma totalidade.

A idéia da totalidade norteou em dois aspectos as contribuições da *RB*, ao mesmo tempo que aspirava pensar a nação em todos os seus quadrantes, pensava também que a quase totalidade de seus habitantes padeciam de uma exploração e opressão advindas do regime capitalista vigente no país.

Ao apresentarmos esse trabalho, nosso objetivo foi o de em primeiro lugar discutir a estratégia da esquerda nacionalista, de aliança com os setores progressistas da denominada burguesia nacional, na sua volição por redimir os desajustes estruturais ainda presentes em nosso cotidiano.

Na introdução localizamos o trabalho no campo das pesquisas sobre a história das idéias nos referenciando, no pouco que há de acúmulo, na produção de análises historiográficas, para logo em seguida apresentar um perfil da *Revista Brasiliense*.

Iniciamos o segundo, situando o contexto de inspiração da revista, seus fundadores e propostas gerais. Uma segunda parte apresenta o que foi escrito e referido sobre a revista. Encerramos com uma análise dos fatores políticos e teóricos que influenciaram os principais colaboradores .

O terceiro capítulo discute em cada um de seus itens os desdobramentos da estratégia nacionalista de esquerda. Seu título - "Extrato" - reflete o corte temático que realizamos a fim concentrar a discussão das propostas da revista.

Por fim uma conclusão, fechando o trabalho, que esperamos possa vir a ser um instrumento auxiliar para a compreensão da cultura histórica da época.

1. INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa inscreve-se no quadro dos estudos sobre a produção cultural brasileira. Buscando eleger um objeto que possibilitasse uma contextualização da evolução histórica do pensamento brasileiro (o que situa nosso trabalho no campo da história das idéias), optamos por fugir aos estudos isolados de historiadores. "Como a maioria dos estudos que se pretendem historiográficos recaem em biografismo, tentamos percorrer o caminho inverso (...)"[1], e elegemos uma revista como objeto de investigação, visando estabelecer uma orientação metodológica que permita entender a evolução e o significado das idéias no Brasil.

Como decorrência do próprio objeto eleito, nosso trabalho não se debruçou sobre uma produção historiográfica profissional. Mesmo Caio Prado Jr. fundador da revista desenvolveu sua atividade de historiador fora do *métier* profissional da época, centrado nas universidades. O alcance da produção cultural da *Revista Brasiliense*, também, superou o das publicações científicas da época, pois seus textos eram destinados a um público muito mais amplo.

Dentre seus diversos colaboradores encontramos militantes políticos, médicos, advogados, jornalistas, sociólogos, engenheiros, cineastas, artistas plásticos etc., inclusive professores universitários, todos apresentando e discutindo propostas para o país.

Através da leitura em seus 51 números de mais de mil referências, entre editoriais, artigos e miscelânea jornalística, notamos a preocupação de seus

---

[1] Raquel Glezer. "**O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica**". p. 24.

colaboradores em fornecer uma visão histórica do país, tanto em relação ao seu passado, como em projeção futura.

Aquele foi um momento em que a reflexão sobre o país atraiu os mais amplos setores intelectuais, os quais romperam as fronteiras do saber de suas atividades políticas e profissionais para associarem-se ao projeto de nação esboçado em cada artigo da *Revista Brasiliense*, conformando a "cultura histórica" de uma época[2].

Deixamos claro que todas essas características não nos impede de incorporar a produção historiográfica profissional, em particular os levantamentos e análises historiográficos sobre o momento e sobre a publicação.

Os levantamentos e análises existentes sobre a produção e pesquisa históricas confirmam que ao longo das últimas décadas a análise historiográfica como campo de pesquisa não adquiriu maior relevância no conjunto[3]. Na opinião de Amaral Lapa a historiografia, como produção intelectual, serve de termômetro para aferir o amadurecimento de uma nação. Interessa-nos, portanto, resgatar a importância deste tipo de pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa histórica no Brasil processou-se de forma desigual, dadas as suscetibilidades a que ela está exposta em função de influências alheias e ao nosso próprio desenvolvimento. A historiografia como expressão teórico-conceitual do comportamento coletivo do homem é parte do processo de investigação da realidade.

Apesar das inumeráveis lacunas existentes na pesquisa histórica brasileira, a nossa opção pela análise da produção cultural firmou-se com o propósito de

---

[2] cf. Ângela de Castro Gomes em **História e Historiadores**. pp. 9-13. ao estudar duas publicações do período do Estado Novo. também os situou no contexto de "cultura histórica" de época.

[3] cf. Fico e Polito. **A História no Brasil (1980-1989)** ; os dois livros de Amaral Lapa. **Historiografia Brasileira Contemporânea** e **História e Historiografia**: e o mais recente levantamento historiográfico brasileiro. **Produção Histórica no Brasil: 1985-1994**.

debater e entender o discurso historiográfico, suas opções metodológicas e políticas.

Pretendemos neste trabalho combinar a análise das circunstâncias da época com o processo superestrutural. Ao assumirmos esse propósito, fica embutida a concepção de que as idéias são permeáveis ao contexto, o que não significa aceitar de modo peremptório que elas sejam reflexo mecânico das estruturas sociais.

Cabe resgatar na pesquisa histórica brasileira a importância da análise e produção histórica de época. Caio Prado Jr. situou o problema em **História e Desenvolvimento**, obra em que buscava historicizar o conceito de desenvolvimento econômico no Brasil: "A historiografia não constitui simples exercício acadêmico, e sim disciplina científica"[4]

Os propósitos gerais de investigação expostos acima traduzem-se na adoção da *Revista Brasiliense* como objeto de pesquisa. Ela foi publicada na cidade de São Paulo entre 1955 e 1964, dirigida por Elias Chaves Neto e Caio Prado Júnior. Foi fundada por 45 membros, entre eles, Fernando de Azevedo, Alice Canabrava, Aníbal Machado, Mário da Silva Brito, Samuel Pessoa, João Cruz Costa e tantos outros - todos figuras expressivas da vida cultural paulistana e brasileira.

Com periodicidade bimestral, o seu primeiro número correspondeu aos meses de set./out. de 1955, surgindo sob o impacto dos efeitos de uma complexa conjuntura nacional e internacional.

[4] Caio Prado Jr. **História e Desenvolvimento**. p.17.

Ao eleger a RB como objeto de nossa pesquisa, simultaneamente desenvolvemos o estudo da dinâmica do período de governos civis e eleitos por sufrágio direto, do fim do Estado Novo em 1945 até 1964 a fim de entender os pródromos do golpe militar.

O objetivo deste trabalho, além de estudar a conjuntura do período é o de discutir a estratégia nacionalista de esquerda e seus desdobramentos políticos, através da crítica historiográfica sobre os artigos publicados na revista.

No Brasil as grandes mobilizações nacionais em torno à campanha do "Petróleo é nosso", vitoriosa em outubro de 1953 e outras tantas de menor repercussão fomentaram uma visão de nacionalismo com participação popular.

A *RB* nasceu como uma refração do nacionalismo - modalidade de cidadania popular - congregando diversos intelectuais, caso fossemos listá-los individualmente seriam compulsados 269 colaboradores, reunindo em seus 51 números, idéias no campo do pensamento político, artístico-cultural, econômico, social, literário - enfim todos os ramos de conhecimento humano. A *RB* constitui-se em inestimável fonte para o estudo do período.

A importância da *RB* deve ser ressaltada por ela se ter proposto como um dos centros propulsores do projeto nacionalista de esquerda. Sua elaboração não se restringiu somente às formulações no campo da política e economia, mas realizou diagnósticos em todas as áreas e setores da sociedade, apresentando sugestões para a solução dos problemas percebidos.

Todo o intenso debate nela contido ainda não encontrou análise na historiografia brasileira. No que se refere ao período em pauta há um hiato, pois nenhuma das mais recentes e importantes obras lançadas cobrem os anos 1955 a 1964.

A obra de José Honório Rodrigues[5] excele pelo enciclopedismo e por compor cerca de metade de toda produção no campo da análise historiográfica, além de ser panorâmica, mas suas análises não alcançam o período referido em nosso estudo.

A tese de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, transformada em livro em 1977[6], apesar da distância cronológica de seu objeto -- a obra de João Francisco Lisboa, jornalista e historiador da época do segundo reinado -- realizou um estudo com base na análise da obra de um único escritor. As reflexões propostas na introdução[7] caminham no sentido de verificar uma hipótese de análise apoiada na visão de Antônio Cândido, exposta na obra **Formação da Literatura Brasileira**, sobre a necessidade de constituição de um sistema público leitor - escritor.

As duas obras de José Roberto do Amaral Lapa sobre historiografia editadas na primeira metade dos anos 80, aprofundaram os estudos sobre ela. O livro **Historiografia Brasileira Contemporânea**, de 1981, reuniu ensaios publicados esparsamente e de acordo com o próprio autor eram textos reestudados, tendo em vista a atualização e unidade afim de compor o volume. Sua segunda obra, **História e Historiografia**: Brasil pós-64, de 1985, é extremamente meticulosa no levantamento de dados entre os anos 1964-1980. Entretanto, o livro se destaca mais como diagnóstico, do que como análise.

O ensaio de Carlos Guilherme Mota, "A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica", transcrição de uma

---

[5] José Honório Rodrigues. **Teoria da História do Brasil**: **A Pesquisa histórica no Brasil**; **História e Historiadores do Brasil; História da História do Brasil**.

[6] Maria de Lourdes M. Janotti. **João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador**.

[7] op. cit. introdução: "Algumas reflexões a propósito da historiografia brasileira: uma hipótese para sua análise". p. 9-20.

comunicação apresentada em 1975[8], possui um caráter panorâmico, mas ao alcançar o período que engloba nosso estudo, acaba por se circunscrever à produção historiográfica advindas das universidades.

Publicado em 1992 o livro **A História no Brasil (1980-1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica, de Carlos Fico e Ronald Polito é o livro de análise mais recente neste tema. Os autores oferecem um quadro preciso dos locais de produção e respectiva repercussão das obras. De acordo com o diagnóstico apresentado por Fico e Polito, os historiadores no Brasil não se debruçaram sobre investigações teóricas em suas dissertações e teses.

A ANPUH publicou recentemente um levantamento da produção historiográfica desenvolvida pelos programas de pós-graduação dos departamentos de história existentes no país. A leitura de seus três volumes corrobora a constatação sobre a rarefação dos estudos de análise historiográfica.

Nosso trabalho se insere na tentativa de analisar a produção cultural da *RB* para o esclarecimento do debate realizado, no período de 1955 a 1964, referente ao caráter feudal ou não do passado colonial brasileiro, o caráter de nossa industrialização e a estratégia do nacionalismo de esquerda com a proposta de colaboração de classes.

A opção declarada e aberta de Caio Prado Jr., seu primo Elias Chaves Neto e dos principais colaboradores da *RB* pelo marxismo deve também ser incorporada pela investigação, pois se a apreensão do discurso historiográfico é uma de nossas preocupações, não poderíamos desprezar a verificação do método de análise reivindicado.

---

[8] Carlos Guilherme Mota. "A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica". Comunicação ao Primer Encuentro de Historiadores Latinoamericanos (México. 1974) e à XXVI Reunião Anual da SBPC (Recife 1974).

Essa questão merece destaque, pois a opção metodológica decorreu de uma aspiração política, a qual implicou em uma série de compromissos e tarefas a serem cumpridas, para a devida consecução do projeto socialista a que estava associado o método do materialismo histórico.

Em vários números a *RB* discutiu a questão da interpretação dialética da história. Isto implica que ao incorporaramos a dialética como método devemos ter claro que a principal decorrência é a idéia de movimento. Implicitamente, isso significa reconhecer que essa idéia incorpora a evolução não somente das forças sociais, mas também a da consciência. Esse movimento geral de evolução da consciência é que nos permitiu desenvolver a crítica.

Portanto, a crítica deve ser percebida não como sobreposição intelectual mas como parte das mudanças, que distanciam os anos de publicação da *RB* e o momento presente.

Nossa investigação objetiva retomar a questão da validade histórica da concepção etapista da revolução socialista. Embutida desde o surgimento da *RB*, a idéia de que somente após uma experiência democrático-burguesa o socialismo poderia ser colocado na ordem do dia, apresenta-se-nos hoje como uma hipótese equivocada. A eliminação dos restos feudais, se é que existem, enquanto tal, a libertação do jugo imperialista e a conquista de reivindicações e instituições democráticas, não passam necessariamente pela superação de etapas históricas, como pensavam os autores mais destacados que escreveram na revista.

2. PERFIL

2.1 APRESENTAÇÃO DA *REVISTA BRASILIENSE*

A *Revista Brasiliense*, preocupada com a presença de capital estrangeiro em nossa sociedade se definiu contrária à sua participação nos setores estratégicos da economia, pois tal situação feria os interesses maiores da nação brasileira. Entretanto, em seu projeto de desenvolvimento incorporou e considerava benéfico o capital externo, desde que associado ao financiamento de nosso parque industrial, diante da escassez de recursos financeiros internos não visualizara outra saída a não ser a aceitação do capital externo.

Tal posicionamento foi a base de todo o arrazoado nacionalista da época. Entendia a *RB* que nosso crescimento econômico se deu como produto artificial, resultante de condições impostas externamente, avaliando que a natureza de nossa estrutura econômica permanecia agro-exportadora.

Retirar o país do atraso econômico, social e político passava por impulsionar um desenvolvimento com base na industrialização, expansão do mercado interno, através do planejamento e controle do Estado, foram as idéias que nortearam muitos dos editoriais.

De acordo com os colaboradores, o processo de industrialização do Brasil encontrava alguns obstáculos, e um dos principais era a estrutura fundiária, baseada no latifúndio agro-exportador, setor, inclusive, muito sensível às oscilações da economia mundial desde a quebra da Bolsa de Nova York em 29.

Eles caracterizaram que havia uma crise do setor agrário, o qual não acompanhava o processo de industrialização do país, não permitindo a consolidação do mercado interno. Concebiam que a elevação do nível de consumo das massas marginalizadas da economia monetária e do mercado capitalista

poderia alavancar o crescimento industrial. Levantaram sucessivas vezes a tese de que a industrialização do Brasil não estava operando como força integradora da nação, mas como matriz da acentuação das disparidades sociais, pois a ação dos monopólios e uma maior concentração da renda vinham prejudicando a expansão do mercado interno.

Seu primeiro número veio a público em setembro de 1955, como veículo de expressão nacionalista, a partir da iniciativa de Caio Prado Jr. e seu primo Elias Chaves Neto, que reuniram vários outros intelectuais.

Os objetivos da revista foram expostos no manifesto de constituição: "Analisar em suas raízes e a todas as luzes essas e outras questões e encará-las do ponto de vista dos interesses nacionais, da melhoria das condições de vida do povo e da renovação dos progressos da cultura, como expressão autêntica da vida brasileira, é o objetivo que a Revista se propõe e não poupará esforços para alcançar"[1].

A fim de cobrir a vasta contribuição da *RB* à história das idéias no país, cabe extrair um perfil. Ao longo de seus nove anos de existência, em seus 51 números, apenas seis colaboradores pertenceram ao Conselho de Redação, foram eles: Sérgio Milliet, Caio Prado Jr., João Cruz Costa, E.L. Berlinck, Álvaro de Faria, e Nabor Caires Brito. Elias Chaves Neto figurou sempre como seu diretor-responsável. O levantamento dos colaboradores apontou para o número de 269.

A opinião geral de que a *RB* era uma publicação político-cultural se confirma com o levantamento temático dos artigos[2].

---

[1] Manifesto de Constituição *RB* 1:2

[2] vide 2.2 Fortuna Crítica.

Agrupando por área os diversos artigos publicados, a fim de elaborar um perfil da revista, constatamos que as Artes (literatura, música, teatro, cinema, livros, folclore etc) contribuíram com o maior número, chegando a 211 artigos.

Se somarmos o total de artigos de política e economia chega-se a 294. Em política agrupamos os artigos por assuntos: conjuntura nacional e internacional, direito constitucional, lutas operárias etc, totalizando 198 artigos. Economia reuniu 96 artigos sobre industrialização, dívida externa, capital nacional e estrangeiro (refere-se ao debate sobre composição do capital no Brasil), economia brasileira e mundial, distribuição de renda, produtividade etc.

A fundamentação política e ideológica também foi uma grande preocupação, reunindo artigos sobre: capitalismo, socialismo, economia socialista, comunismo, filosofia, sociologia brasileira etc. Nesta área publicou-se 124 artigos.

A preocupação em apresentar soluções à nação moveu muitos de seus colaboradores para a definição do que denominamos hoje Políticas Públicas, que contribuiu com 94 artigos, tematizando, educação, saúde, política científica, transportes, questão indígena etc.

A polêmica esteve presente em suas páginas ao debater as grandes questões nacionais tais como, por exemplo, reforma agrária, Nordeste, política energética, questões demográficas, agricultura, imigração etc, totalizando 82 artigos.

No entanto, é inegável que os debates eram políticos e econômicos, o que podemos confirmar pelo manifesto de fundação e pela verificação de leitura de seus números. Nos anos em que a direção política do país esteve centralizada nas mãos de Juscelino Kubitschek, o ingresso de capital estrangeiro predominou no processo de instalação do parque fabril.

Os problemas do campo, a crescente urbanização e suas conseqüências, o poder aquisitivo achatado pela inflação e demais problemas estruturais latentes, afloraram com força no início dos anos 60.

Posteriormente Jânio Quadros assumiu a direção do país, renunciando após sete meses de polêmica administração. No plano econômico-financeiro, a grande ação de Jânio Quadros inscreveu-se na retomada de entendimento com o FMI, e através da Instrução 204 da SUMOC ao desvalorizar em 200% nossa moeda.

Contrariando o receituário proposto pelas elites governantes, ela entendia que o desenvolvimento econômico somente poderia ser propiciado a partir da intenção coletiva de articular as aspirações nacionais, subordinando os interesses das classes sociais, burguesia e proletariado, ao projeto maior de nação.

Os principais colaboradores da revista nesta área teorizaram sobre o desenvolvimento, sugerindo que acumulação capitalista e conquistas operárias estavam destinadas a avançar unidas.

Seus fundadores foram buscar inspiração na memória de feitos e realizações de Monteiro Lobato. Não apenas por ter sido, na década de 40, fundador da Editora Brasiliense ao lado de Caio Prado Jr. e Artur Neiva[3], mas principalmente pela memória que se formou dele como um intransigente defensor das causas nacionais. "(...) Monteiro Lobato é um autor que deixou de ser simplesmente um autor, para ser um guia da nossa nacionalidade na sua luta pela sua (sic) independência econômica"[4].

A **Revista do Brasil** publicada entre 1916 e 1924, em seu início contou apenas com sua colaboração e posteriormente, em 1918 se transformou em dono e diretor da revista.

---

[3] cf. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro 1930-1983**.
[4] Matias Arrudão. "Piolho de Piolho", *RB* 4: 105.

Esta trajetória foi traçada no primeiro artigo da *RB*: "Monteiro Lobato e a **Revista do Brasil**" de Edgard Cavalheiro. No número 45, em artigo escrito de Lannoy Dorin, "A **Revista do Brasil**", a autora defendeu que sua antecessora fora a **Revista do Brasil**, estabelecendo paralelos de identidade no perfil de ambas.

Nos 51 números, publicados entre 1955 e 1964, o perfil nacionalista sofreu mudanças sem alterar sua identidade. O 51° foi o último número, pois o seguinte "teria sua composição, já terminada e pronta para a impressão, selvagemente destruída e os originais confiscados na invasão da oficina impressora pela polícia política já então sob o comando dos golpistas de 1964"[5].

Ao tentarmos eleger um signo político capaz de expressar os anos de publicação da *RB*, encontramos o golpismo, que rondou o cenário político brasileiro naqueles anos.

Em novembro de 1955, o general Lott concebeu um "golpe preventivo" a fim de garantir a posse dos eleitos, Juscelino Kubitschek e João Goulart[6]. Em agosto de 1961, houve uma simulação de golpe, por parte de Jânio Quadros, na época presidente do país, e, logo em seguida, a saída parlamentarista, para a posse do vice-presidente, João Goulart, configurou um golpe branco. E finalmente o golpe de 31 de março conduziu o país a um regime de exceção, através da ditadura militar. A revista em seus anos de publicação presenciou todas estas ações políticas.

Caso ampliemos em retrospectiva o cenário político nacional verificamos que para os anos 1945 a 1954 o signo político também fora o do golpismo.

A instabilidade política no contexto internacional caracterizou os anos de publicação.

---

[5] Caio Prado Jr. "Nota prévia" in **A Questão Agrária no Brasil,** p. 19.
[6] cf. Maria Victória de Mesquita Benevides. **O Governo Kubitschek**. p 21 e ss..

No final da Segunda Guerra Mundial, as instituições políticas de diversos Estados de regime capitalista estavam abaladas em função da crescente pressão social dos trabalhadores. Na Europa, o peso da destruição da guerra, a crise das instituições e a partilha do continente entre socialistas e capitalistas, refletiu diretamente no ânimo dos setores explorados e oprimidos.

O ascenso do movimento social na Ásia e África animou o processo de libertação colonial. As várias metrópoles envolvidas no conflito saíram enfraquecidas. Os vários movimentos emancipatórios se utilizaram desta fraqueza temporária para oportunamente lançar ofensiva política em favor da luta pela libertação colonial.

Tanto para as nações feridas em seus interesses quanto para o conjunto dos setores explorados e oprimidos das antigas colônias, a luta pela emancipação, além do caráter nacionalista, apresentava também caráter socialista[7]. Esta identificação foi possível dada a necessidade política das lideranças nacionalistas obterem apoio de massa para seu movimento.

A opção nacionalista não foi exclusiva da *RB*. Vários foram os centros de propaganda do nacionalismo: partidos, instituições, centros educacionais, as diversas formas de arte etc.. Chegou até mesmo a ser ideologia governamental.

Para cada veículo de expressão ideológica coube uma formulação do que era o nacionalismo. A *Revista Brasiliense* representava um nacionalismo de esquerda, que reivindicava um governo de colaboração nacional e democrático, antiimperialista e antifeudal, incorporando conquistas sociais.

Elias Chaves Neto escreveu, em diversos momentos, que o nacionalismo era "(...) uma etapa na marcha para o socialismo, o que não quer dizer que nesta etapa - a etapa nacionalista pela qual atravessamos - não possam a burguesia e o

[7] cf. Eric Hobsbawn. **A Era dos Extremos**, p.423.

proletariado marcharem juntos na luta pela emancipação econômica da nossa pátria; nem que as contradições de interesses entre a burguesia e o proletariado tenham desaparecido. Pelo contrário. O nacionalismo é mesmo a forma de se resolverem no momento algumas dessas contradições, pelas perspectivas de melhores condições de vida do nosso povo nele contidas"[8].

Coube a dois outros centros, institucionais, localizados no Rio de Janeiro, refletir também a realidade nacional: o ISEB nascido em 14/7/1955 alguns meses antes que a *RB*, e a ESG, instituída em 1949.

A versão nacionalista do ISEB expressava as intenções governamentais de Juscelino Kubitschek, que o criou. A abordagem para os problemas nacionais diferia da *RB*, apesar de seus colaboradores cerrarem fileiras na defesa dos interesses nacionais e visualizarem como única saída para os impasses da nação o desenvolvimento da indústria.

O nacionalismo do ISEB foi racional e técnico, secundarizou a contradição capital-trabalho e não considerou como um problema estrutural a expansão do capital forâneo no país. "O horizonte teórico da maioria dos autores isebianos não lhes permitia, por exemplo, indagar das relações de determinação existentes entre a infra e a superestrutura da sociedade. Não se utilizando desses conceitos 'ortodoxos' demais para as tradições teóricas a que se filiavam, nunca tematizaram a questão das relações que se processam ao nível da superestrutura político-ideológica. Igualmente, passava muito longe desses autores a preocupação de pensar a gênese ou o modo de produção das ideologias nas sociedades de classe"[9].

A distância, portanto, que se estabeleceu entre o ISEB e a *RB* foi de ordem metodológica. Para a maioria dos colaboradores dela, os problemas nacionais

---

[8] Elias Chaves Neto. "Política Nacionalista". *RB* 13: 7.

[9] Caio Navarro de Toledo. **ISEB: uma fábrica de ideologias**, pp 49-50.

deveriam ser abordados a partir dos interesses de classe, das contradições do modo de produção, das infra e superestruturas.

A diferença na metodologia desdobrou-se em táticas e estratégias políticas diferenciadas. No curso da existência de ambos não houve colaboração prática. Com os outros segmentos que se reivindicavam nacionalistas também não houve colaboração prática. As diferenças de matizes impossibilitaram a unidade destas forças, para não falar da incompatibilidade nas táticas adotadas por estes segmentos para a consecução de seus objetivos.

Pode parecer estranho arrolar a ESG como personagem deste debate. No entanto, devemos levar em consideração que apesar das mobilizações operárias, da renovação teatral e cinematográfica, dos CPC's, das reformas de base e das esquerdas em geral, dela saiu o setor nacional que se impôs à nação em 1964.

Durante anos ela formara civis e militares. Das elaborações da época vingou a Doutrina de Segurança Nacional, no mesmo momento em que setores da esquerda afirmavam a irreversibilidade das reformas de base e que o desenvolvimento industrial aparentemente consolidava um regime de democracia institucional.

A ESG representava um pensamento nacionalista, de viés autoritário, inspirado diretamente no lema positivista incorporado pela República de , "Ordem e Progresso". Pensamento que tinha suas raízes em Alberto Torres e Oliveira Viana, seus ideólogos *avant-la-lettre* [10].

---

[10] cf. Shiguenoli Miyamoto. **Pensamento Geopolítico Brasileiro.** p. 92-93.

2.2 Fortuna Crítica

A bibliografia existente sobre a *RB* é ainda escassa, resume-se a uma dissertação de mestrado e a alguns artigos publicados: J.G.D. Mendes, **Alguns Aspectos Essenciais do Pensamento Político da Revista Brasiliense**[1] J.G. Melo, "Caio Prado Jr. Revista Brasiliense, Nacionalismo"[2]; H.F. Lima, "Revista Brasiliense: sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas"[3]; F. P. Limonge, "Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense"[4]; P. Beiguelman "A Revista Brasiliense e a expressão do nacionalismo econômico brasileiro"[5].

O resgate da importância política e cultural da revista, para a história das idéias no país somente foi retomado com o fim do período de ditadura militar em 1984, o que pode ser comprovado pelo primeiro artigo escrito em 1985.

"Caio Prado Jr., Revista Brasiliense, Nacionalismo" é o título do artigo de Jayro Gonçalves Melo, cujo objetivo é discutir o conceito de nacionalismo. Através da análise de três artigos, que veiculam a idéia e o conceito de nacionalismo, publicados na revista por Caio Prado Jr., Elias Chaves Neto e Fernando Henrique Cardoso respectivamente, Melo afirmou que ela foi uma expressão do inconformismo de intelectuais marxistas frente as forças do

---

[1] Mendes, J. G. D. **Alguns Aspectos Essenciais do Pensamento Político da Revista Brasiliense**. Dissertação de Mestrado. Araraquara: FFA-UNESP, 1988, mimeo.

[2] Melo, J. G. "Caio Prado Jr., Revista Brasiliense, Nacionalismo" **História**, (4), 1985.

[3] Lima, H. F. "Revista Brasiliense: sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas" in Moraes, R., Antunes, R., Ferrante, R. (org). **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense; 1986, pp. 179-192.

[4] Limonge, F. P. "Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense" **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.2, (5), out. 1987.

[5] Beiguelman, P. "Revista Brasiliense e a expressão do nacionalismo econômico brasileiro" in D'Incao, M. A. **História e Ideal**. Ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo: Brasiliense/UNESP/Secretaria de Estado da Cultura; 1989, pp 449-474.

imperialismo[6]. Para ele, os colaboradores eram marxistas etapistas, pois propunham uma revolução por etapas, ao defenderem a instauração de uma economia de mercado capitalista. Daí a luta contra os trustes internacionais ser uma importante linha adotada na idéia de nacionalismo defendida pelos autores.

Heitor Ferreira Lima com o artigo "Revista Brasiliense: sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas" publicado em 1986, a partir de um depoimento prestado em um seminário sobre a intelectualidade brasileira, chamou atenção para a conjuntura do nacional-desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubitschek e seu *Plano de Metas*, pouco situando o combate político da revista. Ressaltou a qualidade dos colaboradores, a pluralidade de opinões e idéias afirmando que a intenção da revista era a renovação sócio-econômica do país. Ele destacou, ainda, que muitos dos artigos publicados, serviram de base para a publicação de livros dando como exemplo Everardo Dias, que compilou seus artigos e lançou o livro **História das Lutas Sociais.**

Fernando Papaterra Limonge, em "Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense", artigo publicado em 1987, reconheceu que o periódico "(...) figura entre as principais fontes para o entendimento do debate político e ideológico de seu tempo"[7]. Ele relacionou o surgimento da publicação a dois fatores diversos: o primeiro associado às conseqüências políticas do suicídio de Getúlio Vargas e o segundo às disputas político-partidárias no interior do PCB.

Sua argumentação se pautou pelo fato de o grupo formador e colaborador da revista ter saído derrotado da luta político-partidária e que por isso fundou a revista. "Em desacordo profundo com a linha oficial do Partido, marginalizados politicamente, os mentores da R.B. não fazem do periódico que editam um meio para reverter esta posição. Em verdade, optando por dirigir-se ao público externo

[6] cf. Jayro Gonçalves Melo. "Caio Prado Jr., Revista Brasiliense. Nacionalismo". p. 30.
[7] Fernando Papaterra Limonge. "Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense". p. 27.

ao Partido e evitando deliberadamente qualquer confronto com o aparelho partidário, a revista pode ser tomada como a expressão da resignação ante a derrota e a marginalização no Partido e, neste sentido como a acomodação possível com este"[8]. Porém, esta acomodação não foi pacífica, pois muitas das teses dela se confrontaram com a ortodoxia do partido. Para ele, a revista gravitou todo tempo em torno do PCB, comportando-se como um satélite. Isolada das demais forças políticas e sendo o movimento comunista internacional a referência de seus principais autores, na década de 60 ela cedeu terreno à radicalização, sendo internacionalmente influenciada pela Revolução Cubana e no terreno nacional pela discussão das reformas de base.

Segundo ele: "Estamos diante de uma publicação dirigida por membros do PCB sem ser seu orgão oficial. É preciso desde já, afastar hipóteses equivocadas sobre a natureza das relações PCB-R.B. A revista não é orgão oficial e tampouco é veículo de uma facção interna com pretensões de conquistar o poder"[9].

Mendes, em **"Alguns aspectos essenciais do pensamento político da Revista Brasiliense",** dissertação de mestrado defendida em 1988 na UNESP, dividiu o trabalho em duas partes; a primeira enfocando o surgimento da *RB* incluindo esboços biográficos de Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto e uma segunda parte, que é a verificação da teoria e prática intelectual deles.

A análise empreendida por ele não recaiu sobre o conjunto da *RB* mas sobre dois de seus personagens. "Este trabalho procurou estudar alguns aspectos do pensamento político da Revista Brasiliense, focalizando a prática de dois intelectuais principais, fundadores e articulistas deste projeto cultural: Caio Prado

---

[8] Ibid.. pp. 32-33.
[9] Ibid.. 28.

Júnior e Elias Chaves Neto"[10]. O trabalho foi realizado com a seleção por amostragem de doze editoriais.

A eleição de dois colaboradores e a seleção de artigos por amostragem correspondem aos seus objetivos: "O nosso objetivo neste estudo foi esclarecer melhor as relações entre o intelectual e a prática política"[11].

Incorporando a reflexão de Gramsci sobre a questão do intelectual orgânico, o autor concluiu o trabalho afirmando que Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto, fundiram teoria e prática dialeticamente, corroborando com as assertivas gramscianas, referentes à posição orgânica dos intelectuais de esquerda, inclusive, como destacou, contrariando as origens de classe de ambos os articulistas. O periódico serviu somente como pano de fundo para a verificação da hipótese orientadora da dissertação.

O ensaio de Paula Beiguelman, publicado em 1989, "A Revista Brasiliense e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro", reconheceu ser a revista uma contribuição para a correta análise interpretativa e normativa da nossa economia. O enfoque do ensaio se deteve mais no quadro conjuntural da época, situando o combate político travado pelos membros e colaboradores dela no bojo da construção de uma alternativa política de caráter nacionalista. "Feitas essas considerações, passaremos a traçar um ligeiro retrospecto histórico para cuja elaboração utilizamos, incorporando-os, muitos elementos factuais e analíticos colhidos na coleção da Revista Brasiliense, o que não deixa de ser uma forma, embora indireta, de situar essa importante publicação"[12].

A autora, analisando a Instrução 113 da Sumoc (na gestão Café Filho datada de 17.01 1955), que estabeleceu uma série de favores cambiais ao capital

---

[10] J. G. D. Mendes. **Alguns aspectos essenciais do pensamento político da Revista Brasiliense**. p. 6.
[11] Ibid.. pp. 6-7.
[12] Paula Beiguelman. "A Revista Brasiliense e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro". in **História e Ideal**. p. 450.

estrangeiro, situou a debilidade de nossas classes dirigentes diante das pressões do imperialismo. Posteriormente, Juscelino Kubitschek se utilizou amplamente desta Instrução para a implantação do *Plano de Metas*. No balanço deste processo, disse: "Três anos após a implementação da Instrução 113, já eram evidentes os resultados nefastos por ela acarretados. Apenas para exemplificar, a industria de tecidos trabalhava em regime de sub-produção, a indústria de material ferroviário se encontrava quase totalmente paralisada, dez fábricas de veículos de transporte coletivo estavam também paralisadas ou extintas. Quanto à indústria farmacêutica, simplesmente se desnacionalizara"[13].

Deste contexto, a autora extraiu o programa econômico do periódico: tratamento especial ao capital nacional; exclusão de capital estrangeiro dos setores estratégicos e disciplina da remessa de lucros, dividendos e royalties. Suas análises auxiliam o entendimento do contexto de época, porém acabaram, como reconheceu a autora, por situar de forma indireta a importância da publicação.

Em outras obras a *RB* foi motivo apenas de referências tópicas. A biografia de seu diretor-responsável Elias Chaves Neto, **Minha Vida e as Lutas de meu Tempo**, no capítulo "A etapa nacionalista", fez uma referência explícita ao projeto da revista. "Foi dentro das concepções nacionalista da tese apresentada por Caio Prado Júnior que um grupo de intelectuais, comunistas e não comunistas, fundou a Revista Brasiliense, num manifesto publicado no seu primeiro número de setembro-outubro de 1955"[14].

Nos demais momentos de sua vida, relatados na biografia, a revista foi apenas referida como fonte de informação.

---

[13] Ibid., pp. 461-462.

[14] Elias Chaves Neto. **Minha Vida e as Lutas de meu Tempo**. p.142.

Hallewell em sua obra sobre a história do livro no Brasil situando a posição ocupada pela Revista Civilização Brasileira, localizou-a. "O mais conhecido dos periódicos de Ênio Silveira desse período foi sem dúvida a Revista Civilização Brasileira, lançada em março de 1965, e que durou vinte e um números, até fins de 1968. No seu segundo número atingiu 20.000 exemplares, sendo que os que chegavam às cidades do interior do país eram revendidos com apreciável lucro. Parte do êxito da Revista talvez fosse devida ao fato de que ela veio preencher a lacuna deixada pelo desaparecimento da Revista Brasiliense. Esta era algo semelhante, porém mais tradicionalmente uma revista marxista ortodoxa, fundada por Caio Prado Júnior em 1955 e que saiu pela última vez em fevereiro de 1964"[15].

Sérgio Miceli em seu artigo "Por uma Sociologia das Ciências Sociais", refere-se à *RB*, acompanhada da *Revista Anhembi*, preocupado em verificar o processo de viabilização de um sistema cultural. "Tanto a análise das revistas paulistas Anhembi e Brasiliense como o estudo circunstanciado das coleções 'brasiliana' editadas no eixo Rio-São Paulo procuraram lidar com esse último problema, qual seja as modalidades de inserção dos cientistas sociais e de suas obras incluindo desde os gêneros de colaboração com a imprensa, os critérios de seleção editorial, o acesso às posições-chave de poder cultural nas diversas instituições (orgãos e repartições governamentais, museus, revistas de divulgação etc.) fora da organização universitária"[16].

Miceli, em outro artigo no mesmo livro, caracteriza a *RB*: "A Revista Brasiliense buscava afirmar-se abertamente como orgão aberto e heterodoxo de divulgação e discussão da teoria marxista e dos caminhos para o socialismo sem

---

[15] Laurence Hallewell. **O Livro no Brasil** (sua história). p.486.

[16] Sérgio Miceli. "Por uma Sociologia das Ciências Sociais". in **História das Ciências Sociais no Brasil**. p.16.

se curvar aos esquadros rígidos do oficialismo soviético respeitado inclusive por outros veículos de esquerda editados na mesma época (Problemas, Fundamentos e Estudos Sociais, as três ligadas ao PCB)"[17].

Vale notar que enquanto a RB era um orgão do marxismo ortodoxo para Hallewell, para Miceli era um orgão heterodoxo de divulgação da teoria marxista. Por fim, Wilson Martins em sua obra **História da Inteligência no Brasil**[18], refere-se à *Revista Brasiliense* apenas como fonte documental, não destacando a importância dela no cenário político e cultural da época.

---

[17] Sérgio Miceli. "Condicionamentos do desenvolvimento das Ciências Sociais" in **História das Ciências Sociais no Brasil**" p.106.

[18] cf. Wilson Martins. **História da Inteligência Brasileira**. v. VII

2.3 Arcabouço teórico e político

2.3.1 Formação teórica

Caio Prado Jr. foi, dentre os colaboradores da *RB*, o que maior esforço teórico realizou, tentando fornecer bases conceituais e metodológicas, não somente para os colaboradores da revista mas também para aqueles leitores que porventura necessitavam de embasamento para suas atividades, quer fossem elas profissionais ou políticas.

Dos livros que compõem o "corpus" teórico-conceitual de sua autoria apenas os livros publicados antes da existência da revista ou ao longo de sua existência serão objeto de análise, neste trabalho.

Os livros referidos são: **Dialética do Conhecimento**, (1952), **Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica**, (1957) e **Notas Introdutórias à Lógica Dialética**, publicado em 1959.

Dialética do Conhecimento é uma tentativa do autor de apresentar um tratado geral sobre a dialética, abordando desde questões relativas à história da filosofia até as problemáticas atuais da teoria do conhecimento.

O autor indicou seu paradigma: "(...) a mais explícita e simples referência das normas e métodos da Dialética encontra-se na **História do Partido Comunista (b)**"[1].

---

[1] Caio Prado Jr. **Dialética do Conhecimento**, p.538.

Hoje sabemos que esta foi a mais reescrita das histórias. O capítulo a que Caio Prado Jr. faz referência é o famoso capítulo quatro, escrito por Stalin, cujo título variou de acordo com as edições, mas que era dedicado à *Diamat/Istmat*, respectivamente, materialismo dialético e materialismo histórico. No Brasil, este capítulo foi publicado em separado, recebendo como título a denominação acima[2].

O livro **Dialética do Conhecimento** foi objeto de muitas críticas. Na tentativa de respondê-las e aprofundar outras questões Caio Prado publicou em 1959 o livro, **Notas Introdutórias à Lógica Dialética**. Mesmo escrito e publicado depois do XX Congresso do PCUS, o referencial teórico permanece inalterado. Após citar um trecho do capítulo quatro da **História do Partido Comunista da URSS**, de autoria de Stalin, concluí: "Nesse sentido, o texto citado é suficientemente claro; e nele se resume o que se deve entender por Dialética como método de pensamento, como Lógica, portanto"[3].

Neste livro, o objetivo foi o de chegar a apreensão das operações do pensamento e das formas que o pensamento adquire no processo de elaboração do conhecimento. Este tipo de abordagem teórica foi usual por todos os autores identificados com o regime soviético.

O contexto da época, tanto na URSS como no movimento comunista oficial, apontava para a ideologização das ciências. As teorias de Lissenko ainda vigiam. Somente em 1964 ele foi deposto da direção do Instituto de Genética e a genética mendeliana reabilitada. Para Lowy: "(...) com o stalinismo apareceu um fenômeno novo, sem precedentes no marxismo: uma tentativa de ideologização das próprias ciências da natureza"[4].

---

[2] Stalin. **Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico**. Rio de Janeiro: Horizonte. 1945. Apud. Edgard Carone. **O Marxismo no Brasil** (das origens a 1964).

[3] O primeiro capítulo deste livro foi publicado em forma de artigo na *RB*, "Lógica Dialética e Dialética da Natureza", donde extraímos esta citação à página 101.

[4] Michael Lowy. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Munchhausen**. p. 161.

Apenas para ilustrar a opinião citada, extraímos do último capítulo do livro de Caio Prado Jr, intitulado "Fisiologia do Pensamento", um trecho onde o autor concluiu um livro sobre a dialética fornecendo o endereço da formação do conceito no cérebro humano.

"Para dar conta do dinamismo de que o fato conceptual se constitui, parece lícito recorrer, no terreno fisiológico, à consagrada hipótese dos 'fluxos nervosos', que embora não se possam caracterizar precisamente, designam de maneira suficientemente sugestiva a transição dos fatos nêuricos de um para outro ponto dos tecidos nervosos; no caso, o córtex cerebral onde portanto a conceituação tem sua sede"[5].

Destacamos que para melhor compreender o pensamento econômico da *RB*, o livro **Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica**[6] é importante.

O autor iniciou o livro com uma consideração de ordem metodológica a fim de delimitar o objeto em estudo: no campo da historiografia econômica ocorre muita confusão ao se tentar abordar o fenômeno econômico. Segundo ele três áreas distintas são mescladas. Isto é feito sem que se tenha conhecimento de que o fenômeno econômico pode ser abordado a partir destes três ângulos, sendo eles, 1) a História Econômica que toma por objeto a evolução no tempo e espaço das formas de produção; 2) a História das Doutrinas Econômicas que busca estabelecer as representações, interpretações, fundamentos ideológicos e relações teóricas propostas na área econômica; 3) a Economia Política (denominação mais apropriada a partir do modo capitalista), que está voltada para os objetivos práticos dos homens, é o retrato da experiência concreta. As considerações metodológicas dos **Esboços** possibilitavam ampliar a compreensão do fenômeno econômico.

---

[5] Caio Prado Jr. **Notas Introdutórias à Lógica Dialética**. p 246

[6] Doravante vamos nos referir a este livro como **Esboços ...**

Caio Prado negou a separação entre sujeito e objeto; de um lado o ator social, de outro o fato social. Esse seu comportamento intelectual está associado à sua opção teórica que não somente nega a separação referida acima, mas também a delimitação de fronteiras artificiais entre as ciências. "Dada a postura metodológica do autor - Caio Prado Jr. é marxista explícito - essa fusão é absolutamente natural, e necessária, pois as fronteiras entre as ciências tendem a se diluir"[7]

Essa questão sempre foi muito polêmica nos meios científicos. Porém, não podemos esquecer que a carreira e a obra do autor não dependeram do meio acadêmico. Em nossa opinião, foi o posicionamento de equidistância deste meio que lhe permitiu produzir obras originais.

Esta distância marcou nos **Esboços** uma reafirmação de sua postura metodológica, ao promover uma quebra epistemológica, negando o laboratório como *locus faciende* privilegiado e exclusivo da ciência. "Em suma o conhecimento, e particularmente o conhecimento dos fatos sociais, constitui um fenômeno coletivo, social. Não é privilégio exclusivo de ninguém e de nenhuma categoria de indivíduos humanos (...)"[8].

O pensamento que orienta os atos individuais também deve ser compreendido em perspectiva histórica, portanto, sendo orientado e conformado pelas concepções e teorias do momento. O homem intervém na realidade, mas não tem plena ciência das conseqüências futuras.

Neste processo de "realização" da história a fidelidade ao marxismo foi mantida, ao concebê-la como história da luta de classes. Cabe ressaltar que nem Marx e Engels ou o autor interpretam a história da humanidade dos primórdios primitivos aos dias atuais como um combate de classe contra classe. Apenas

---

[7] Fernando Novais "Caio Prado Jr. historiador". p. 66.
[8] Caio Prado Jr. **Esboços**... , p.16.

disseram que na história da humanidade sempre houve a apropriação do excedente social por uma minoria.

A apropriação do excedente pela minoria coloca de maneira nova questões relacionadas com a produção e distribuição. Na esfera da distribuição, a existência de excedente gera inicialmente a troca simples ou o escambo como forma de escoar as sobras. A renda auferida com a comercialização desta sobra é a outra face da mesma moeda, que destinou à minoria o excedente produzido pelo coletivo social e que não é distribuído.

O volume deste excedente social multiplicou-se. Isto se deve a questões econômicas, culturais e sociais. A crescente utilização de fatores tecnológicos na agricultura, a urbanização, a adoção de máquinas na produção de manufaturas encerrando historicamente o trabalho artesanal, a circum-navegação da costa africana e a descoberta da América criaram o mercado mundial. Todos estes fatores contribuíram para que a elevação do excedente social fosse vertiginosa.

O capitalismo, engendrado historicamente em versão comercial, na passagem para a versão industrial promoveu algumas mudanças na esfera da produção. "Enquanto a força de trabalho não se converte em mercadoria, esse processo (de constituição do capitalismo industrial)[9] é incompleto, e daí as insuficiências do mecanismo comercial"[10]. Nesta questão, o autor permanece fiel aos postulados marxistas, pois diz Marx: "Todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria"[11].

A mercantilização da força de trabalho é o que distingue o capitalismo dos demais modos de produção. Qualquer tentativa de revisão teórica que escape desse

---

[9] complementação minha.
[10] idem. **op.cit**. p.43.
[11] Karl Marx. **O Capital**. v.1, t.2, p.48.

tema estará fugindo ao arcabouço proposto por estes autores e não contribuindo para entendimento do regime capitalista.

A teoria do valor trabalho, entre todas as contribuições de Marx, é a mais polêmica. Despreocupado com a avalanche de revisões nesta área do pensamento marxista, Caio Prado perguntava, colado à fonte; que se a aparência fosse a essência, para quê a ciência.

Nesta linha, passou nos **Esboços** a dialogar com os reformistas e socialistas utópicos, que conceberam um funcionamento idealizado do capitalismo, desprovido de seu lado explorador. O autor segue explicando como isto é possível, pois é a "incapacidade" dos reformistas entenderem a teoria do valor-trabalho e apelarem para os valores éticos depositados no espírito humano. "Iludem-se, portanto, os socialistas utópicos e reformistas quando pretendem eliminar a exploração do trabalho através de uma correta e justa aplicação da lei do valor; é precisamente dessa correta e justa aplicação que deriva a exploração"[12].

Outra crítica feita ao reformismo dizia respeito à tentativa de elevar a remuneração do trabalho através de uma política de sobretaxar o lucro. Acreditavam os reformistas que isto implicaria em uma progressiva eliminação do capitalismo. Uma contradição foi verificada. No regime capitalista, ao mesmo tempo que os interesses patronais visam regular a remuneração do trabalho no mínimo para subsistência, o regime necessita ampliar ao máximo o mercado. Este comportamento do regime gera um desequilíbrio crescente, de um lado, a expansão da pobreza, de outro a expansão das forças produtivas.

Uma produção que não encontre contrapartida em um poder aquisitivo equivalente gera crise de superprodução, o fenômeno mais recorrente na história das crises do capitalismo. Surgiu, então, no pensamento econômico liberal clássico um teórico, que sistematizando pontos da prática cotidiana da economia mundial,

---

[12] Caio Prado Jr. **Esboços** ..., p 64

alterou os dogmas da política econômica clássica, Lord Keynes, que na década de 30 publicou sua Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

Caio Prado Jr. nos **Esboços** expôs e criticou a teoria keynesiana. Apontou que nela as crises promovem reajustes, mas que como conseqüência do reajuste promovido por uma crise, o patamar de recuperação será inferior ao período imediatamente anterior ao da crise. Neste novo equilíbrio incide a questão do desemprego. Keynes tentou responder a este problema, mas não ofereceu saída condizente às contradições do regime. A terapia imaginada foi adotar inversões públicas como remédio para a crise generalizada e sua principal conseqüência, o desemprego. Esta proposta não apresentou nada de original, pois o Estado, antes do surgimento da teoria keynesiana, já atuava no mercado através da injeção de vultosos recursos públicos.

Nos **Esboços** foi diagnosticada na teoria de Keynes a superficialidade e fixação em aspectos exteriores: "Devemos notar essa circunstância, porque ela evidencia a debilidade da Economia Política ortodoxa (que constitui o ponto de vista burguês e conservador dos fatos econômicos). Na sua mais alta expressão atual, que é sem dúvida a teoria keynesiana, única tentativa séria de remodelação da decrépita teoria clássica, a Economia Política ortodoxa não se mostra capaz nem ao menos de fundamentar teoricamente uma prática econômica hoje corrente, e de lhe abrir novas perspectivas. E mesmo de observar que essa prática se encontra de certo modo em contradição com as conclusões da análise keynesiana, ou pelo menos que não a toma em consideração"[13].

Passando das elaborações mais abstratas para a concretude da economia política, o livro foi penetrando nos problemas brasileiros e por conseguinte latino-americanos.

---

[13] idem, **op. cit.**, p. 130.

No contexto pós-Segunda Guerra a teoria keynesiana vingou. Passada a guerra, as nações vitoriosas tentaram explicar as diferenças de progresso econômico e classificaram os países em três categorias. Surgia nos Estados Unidos a teoria dos países desenvolvidos, em desenvolvimento e os subdesenvolvidos.

Este espectro teórico alimentou os debates da época. A primeira versão explicativa do subdesenvolvimento foi o clima. Posteriormente, a opção religiosa de um povo serviu para justificar seu próprio desenvolvimento. Juntou-se a estes argumentos o de que determinadas etnias não seriam aptas ao trabalho. Tanto o conceito teórico diferenciador de países subdesenvolvidos e desenvolvidos quanto os argumentos deles derivados servem apenas para ocultar a natureza das relações sociais que engendraram o subdesenvolvimento.

Com rigor teórico-conceitual Caio Prado se contrapôs a esta questão: "(...) ao falar em 'países subdesenvolvidos', me refiro em particular àqueles que se enquadram no tipo colonial ou semi-colonial que é o do Brasil. Essa restrição é necessária, porque a designação genérica de 'subdesenvolvimento' aplicada a países de renda nacional baixa (como faz a teoria corrente e ortodoxa do desenvolvimento) inclui naquela categoria países de tipo capitalista essencialmente distinto e que não podem por isso ser aqui tratados em conjunto"[14].

Até o sétimo capítulo o autor percorreu um caminho coerente com a metodologia que reivindicava, o marxismo. No oitavo e último capítulo caiu em contradição com muitas das coisas que dissera anteriormente, passando a formular uma política econômica que justificava sua opção nacionalista.

"Em outras palavras o que se propõe aos países subdesenvolvidos é superarem o estatuto em essência e fundamentalmente colonial de sua economia, e se reestruturarem em bases propriamente nacionais. Mas para realizarem isso, impõe-se uma política econômica inspirada em concepções originais ditadas pela

[14] idem, **op.cit.**, nota à p.197.

especificidade das condições em que eles hoje se acham. O que requer uma nova teoria econômica"[15].

No entanto entre a década de 50 e 60 a crença na redenção hegemonizou o pensamento político das esquerdas. Todos os simpatizantes dessa ideologia acreditavam que a partir de bases nacionais a corrente do atraso seria rompida.

Neste ponto, ao nosso ver, Caio Prado Jr. abriu espaço para críticas ao estabelecer a "ideologia" nacionalista como solução para o Brasil.

A condição colonial que inaugura nossa história não fora superada e as bases para superar a atual condição semi-colonial não estavam dadas sob o regime econômico ora vigente. "Transformação essa, a saber, que consiste na organização de uma estrutura econômica nacional e independente do sistema internacional do capitalismo trustificado"[16]. Como se isto fosse possível, para quem de fato concebe o marxismo como teoria explicativa do capitalismo na sua fase suprema, o imperialismo.

Uma nova teoria como colocou Caio Prado na citação acima, implicaria em ruptura com o marxismo, defendido em todo o restante do livro.

Para Marx e Engels importava no regime capitalista a natureza da exploração, não diferenciando se ela era originária de uma burguesia imperialista ou nacional. Sob o domínio da burguesia, a natureza das relações sociais é uma só e se pauta por explorar a força de trabalho, extraindo do operário a mais-valia. Tais relações são ocultadas pelo domínio de classe.

A síntese que este último capítulo ofereceu e que esteve presente em todo momento nos artigos econômicos da maioria dos autores da *RB*, foi a idéia de que acumulação capitalista e conquistas operárias podiam avançar unidas.

---

[15] idem, **op.cit.** , p.212.
[16] idem, **op.cit.**, p 223.

2.3.2 Formação política

Durante toda sua existência a *RB* recebeu uma forte influência do Partido Comunista Brasileiro. Como dissemos isto não implicou no reconhecimento da revista como um orgão oficial do Partido.

Porém, para a compreensão da linha política que a revista defendeu em sua existência, é importante entender os paralelos na política adotada por ela e as posições do PCB.

A começar por seus colaboradores: seus principais autores e editores, Caio Prado Jr. e Elias Chaves Neto, foram militantes do partido e vários dos fundadores e escritores permanentes da revista foram ou eram militantes do PCB. Nas centenas de artigos publicados pela revista esta aproximação foi sentida, fazendo com que muitos enxergassem nela um orgão oficioso do partido.

Na ordem do dia do Partido e da revista se pautava a luta por um governo democrático e popular, capaz de atender as reivindicações mais urgentes dos setores explorados. Os reflexos ziguezagueantes na política do PCB foram sentidos: desde o IV Congresso em 1954 até as vésperas do golpe de 1964, com os momentos mais marcantes do IV Congresso do PCB, o impacto do XX do PCUS em 1956, a Declaração de março de 1958 e o V Congresso do PCB em 1960.

O IV Congresso do PCB, ocorrido de 7 a 11 de novembro de 1954, aconteceu após 25 anos do III Congresso. A nação encontrava-se ainda sob o impacto da morte de Getúlio Vargas e nos primeiros momentos do governo Café Filho.

O conteúdo das resoluções não representou novidade, reafirmando a colaboração de classes e um rebaixamento do programa socialista.

"O programa não levanta a luta contra todos os imperialismos, mas concentra o fogo do ataque contra o imperialismo norte-americano... O programa não levanta a luta pela nacionalização da terra, limita-se ao confisco das terras dos latifundiários... O programa não levanta a luta pelo confisco nem pela nacionalização dos bancos, das empresas e dos capitais da grande burguesia brasileira... O programa não levanta a luta pela instituição de um estado e de um governo quaisquer, apresenta a palavra-de-ordem de conquista de um Estado democrático e popular e de um governo democrático e de libertação nacional..."[17].

A independência de classe havia desaparecido do horizonte político do PCB, as reivindicações assumiram caráter reformista e o proletariado passou a desempenhar um papel secundário no jogo de cena político. No entanto: "Um mês depois do IV Congresso e já as necessidades concretas da política forçavam os comunistas a procederem ao contrário de suas teses"[18].

O PCB alterou todas suas considerações sobre o segundo governo Vargas e seu papel na história política do país. O partido, então, passou a jogar um papel central na conformação do populismo no Brasil[19].

A política de inserção nos meios populares adotada pelo PCB somente mostrou-se viável a partir de sua adaptação ao aparato estatal, particularmente sua estrutura sindical, moldando-se com desenvoltura às conjunturas e às ilusões dos trabalhadores, acreditando desta forma poder se transformar em partido de massas.

Com uma estrutura partidária centralizada e burocratizada, o culto à personalidade de Luiz Carlos Prestes e a ausência de vida interna (25 anos sem congresso), impediram que setores de oposição à linha oficial do partido disputassem sua direção. Dentre os descontentes, quer pela esquerda quer pela direita, alguns encontraram guarida na revista.

---

[17] "O Programa do Partido Comunista do Brasil". **Problemas,** 64:123-130.
[18] Moisés Vinhas. **O Partidão**., p.176.
[19] vide Arnaldo Spindel. **O Partido Comunista na Gênese do Populismo**.

O mandonismo predominava nos círculos de direção nacional e regionais do partido. A linha oficial dependia da aprovação dos dirigentes do PCUS encarregados de acompanhar o partido brasileiro[20]. A recepção do XX Congresso do PCUS evidenciou esta subordinação tanto na revista como no Partido.

Os efeitos do XX Congresso do PCUS na *Revista Brasiliense* seguiram o mesmo curso que no PCB e demais partidos comunistas do mundo. O silêncio diante das denúncias de Kruschev foi a tônica. "Efetivamente em certo sentido, o XX Congresso nada inovou (...)"[21].

Menosprezaram o relatório de Kruschev e chegaram a prescrever um futuro de glórias. "Entretanto, numa coisa há, dentro do que disse Kruschev, que essa, sim, é uma novidade importante. Trata-se dá afirmação de que 'começou o novo período da história, previsto por Lenin"[22].

Isto revela que o modelo de socialismo e de partido continuava sendo o soviético. Passados alguns anos, em 1962, Caio Prado Jr. publicou um livro de viagens aos países socialistas, reafirmando a centralidade soviética: "Estamos assim longe, muito longe daquela imagem de um estado perquiridor e policial em que abunda uma certa crítica anti-socialista"[23], e, "São essas circunstâncias entre outras que fazem dos partidos comunistas a legítima organização política de classe do proletariado"[24].

A grande inflexão reformista do PCB foi consagrada em março de 1958, através de uma declaração do Comitê Central, e visto que muitos dos colaboradores da revista foram ou eram militantes do partido, a resolução seguiu informando a política dela até o final de sua existência. Nela foram estabelecidos três eixos

---

[20] cf. Osvaldo Peralva. **O Retrato**.
[21] Elias Chaves Neto. "Legalidade Socialista", *RB* 8:57.
[22] .Álvaro de Faria. "O XX Congresso do PCUS nos quadros do mundo atual", *RB* 5:26.
[23] Caio Prado Jr. **O Mundo do Socialismo**., p. 57.
[24] Caio Prado Jr. **op. cit**., p.111.

políticos centrais: o primeiro definia a revolução brasileira em duas etapas, a antiimperialista/antifeudal e a nacional/democrática, o segundo, caracteriza que para a consecução destas etapas deveria se formar uma frente única nacionalista e democrática, composta pela burguesia nacional mais os setores explorados e oprimidos, o terceiro reafirmava a viabilidade do caminho pacífico para a revolução brasileira[25].

Nada disto era novidade, como reafirmou Spindel. "A adoção por parte dos comunistas brasileiros da política de 'União Nacional' nada tem de surpreendente, pois inclui-se na âmbito mais geral da diretriz de 'ordem e tranqüilidade' preconizada por Stalin e que toma força a partir da dissolução da Internacional Comunista, em maio de 1943"[26].

No V Congresso do PCB, realizado em 1960, o último antes do golpe militar de 1964, não houve alterações substantivas na linha política do partido. Resumidamente, as propostas foram as seguintes: o partido não abandonava a via pacífica para a revolução brasileira, considerava que a classe operária deveria lutar pela hegemonia na frente única, enfatizava como progressista e antiimperialista o desenvolvimento do capitalismo de Estado de caráter nacional e definia um combate às tendências conciliadoras e vacilantes da burguesia nacional[27].

Em nível internacional a linha dos PC's era a de coexistência pacífica entre os regimes capitalista e socialista. Essa política refletiu-se diretamente na revista. "Entre o capitalismo e o socialismo somente há hoje, no plano internacional, uma forma admissível de contenda: a competição pacífica"[28].

---

[25] cf. "Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil" Comitê Central, março de 1958. **PCB: Vinte Anos de Política**. pp. 3 - 27

[26] Arnaldo Spindel. **O Partido Comunista na Gênese do Populismo**., p 53.

[27] apud. José Antônio Segatto. **Reforma ou revolução**., pp. 63-64.

[28] Caio Prado Jr. "Convivência pacífica". *RB* 33: 7.

Esta orientação política encontra correspondência com a estratégia elaborada desde o V Congresso da Internacional Comunista de combate pelo "socialismo em um só país".

Uma conferência internacional de países realizou-se em abril de 1955 na cidade de Bandung, Indonésia, com o objetivo de discutir uma política que não fosse um alinhamento direto com os blocos capitalista e socialista, surgindo daí a referência aos países que não participavam deles como países não alinhados.

Cinco princípios foram adotados como resolução da Conferência de Bandung: respeito mútuo da integridade territorial e da soberana nacionais; não agressão; nenhuma interferência nos assuntos internos de outros países; igualdade e proventos recíprocos nas relações internacionais e colaboração econômica[29].

O clima existente em função das lutas anticoloniais prolongou-se do final da Segunda Guerra até o princípio dos anos 60, quando a maioria dos países coloniais tornaram-se formalmente independentes. "O que se poderia chamar a euforia Terceiro Mundista nasce em fins dos anos 50, durante a guerra da Argélia, e logo é reforçada pela radicalização da revolução cubana (1960-61)"[30].

A esquerda nacionalista avaliava esses movimentos como uma expressão da maturação política das massas, que passavam, em nível internacional, a ter sua consciência despertada para as causas nacionais.

---

[29] cf. Elias Chaves Neto. "A etapa nacionalista". *RB* 26: 1-8.

[30] Gérard Chaliand. **Mitos revolucionários do Terceiro Mundo**.. p. 8.

3. Extrato

3.1 A estratégia nacionalista

O objetivo central da *RB* era: "Analisar em suas raízes e a todas as luzes essas e outras questões e encará-las do ponto de vista dos interesses nacionais, da melhoria das condições de vida do povo e da renovação e dos progressos da cultura, como expressão autêntica da vida brasileira, é o objetivo que a revista se propõe e não poupará esforços por alcançar"[1].

Ela adotou como ponto de vista o nacionalismo para a análise de toda e qualquer questão. Para os seus fundadores e colaboradores, a defesa dos interesses nacionais se colocava em primeiro lugar, e todas as outras questões ou problemas deveriam ser subordinados a essa perspectiva.

À época havia uma euforia muito grande com a possibilidade dos antigos países coloniais se consolidarem como nações autônomas e soberanas no cenário internacional, tanto na esfera política, como, faziam crer os nacionalistas, na esfera econômica.

Para Vamireh Chacon este entusiasmo pôde ser considerado uma revolução: "A revolução tropical significa uma das maiores realidades do nosso século. Os povos em torno do Equador, na retaguarda do desenvolvimento daqueles, sobretudo das áreas temperadas do norte, despertam para a sua participação na História mundial. Sacodem jogos econômicos, políticos e culturais. O nacionalismo é o seu instrumento (...)"[2].

---

[1] Manifesto de Fundação. *RB* 1:2

[2] Vamireh Chacon. **A Revolução no Trópico**. p.1. Como já dissemos a perspectiva nacionalista foi oficializada no período analisado através da criação do ISEB.

Afora uma retomada das distinções entre os países pela diferença de clima, esse livro, publicação da Presidência da República, comprova que permanecia oficializada uma visão nacionalista, com alcance hemisférico, aberta com o fim da Segunda Guerra Mundial.

No entanto, o que chamou atenção, no caso brasileiro foi o fato de que essa política nacionalista encontrou seu maior símbolo presidencial no *condottiere* Getúlio Vargas.

A " redemocratização" vivida a partir do fim da Segunda Guerra, manteve as molas institucionais do primeiro governo Vargas praticamente intactas. Um exemplo pode ser encontrado na eleição de Dutra, ainda em 1945, candidato apoiado pelo ex-presidente, que havia acabado de ser destronado do poder. Os limites da redemocratização podem ser aferidos pela análise do processo constituinte de 1946, que culminou em Constituição pouco transformadora. De outro ângulo, o regime partidário daí homologado e que vigiu até o golpe de 64, também revelou a ausência de ruptura institucional com o período imediatamente anterior.

"Desse modo, se em 1945 foi deposto o Presidente Vargas, na liderança do processo de redemocratização do país manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formação da Carta Constitucional de 1946 que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo"[3] .

No fim da Segunda Guerra, a novidade no campo da política brasileira foi o ressurgimento do movimento de massas: a " redemocratização" trouxe consigo a necessidade de incorporar os trabalhadores como agentes participantes do processo. Mas, como foi apontado por Maria do Carmo Campello de Souza a manutenção do arcabouço constitucional do Estado Novo gerou um acirramento das contradições políticas e sociais, pois as instituições não correspondiam às aspirações da parcela defensora de maiores liberdades democráticas.

---

[3] Maria do Carmo C. de Souza. **Estado e Partidos Políticos no Brasil 1930-1964**. p.64.

Essa falta de sintonia entre as instituições do regime e os anseios sociais dos novos agentes políticos trouxe uma permanente instabilidade política, mais intensa justamente nos anos de publicação da *RB*, de 1955 a 1964.

Como dissemos o signo político do período foi o golpismo: diante da vitória de Juscelino Kubitschek e João Goulart em 3 de outubro de 1955, setores militares pronunciaram-se contra a posse dos eleitos. A tentativa de golpe foi anunciada quando o Coronel Jurandir Mamede, por ocasião do enterro do general Canrombert Pereira da Costa, rompendo a disciplina militar, se pronunciou contra a posse de JK e Jango.

Ironicamente, foi o próprio exército que na madrugada de 10 para 11 de outubro, ao depor Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados em substituição a Café Filho que estava enfermo, e impedir o retorno de Café Filho à presidência empossando Nereu Ramos, presidente do Senado, que garantiu a posse do presidente eleito.

JK elegeu-se sob o slogan de "50 anos em 5" e contou durante seu governo com o apoio intelectual do ISEB, que formulava a ideologia nacionalista governamental da época, com o apoio da esquerda, leia-se PCB, naquele momento atuando na clandestinidade. A sua vitória aumentou inicialmente a crença na viabilidade da ideologia nacionalista.

A posição da *RB* sobre o caráter nacionalista de seu governo oscilou, considerando de início que: " As forças nacionalistas varreram do Catete e de outras posições importantes a quinta coluna do entreguismo"[4].

Por trás dessa opinião e do apoio eleitoral da esquerda PCB, PTB, PSB, estava a visão de que a industrialização alicerçaria os passos de conquista da soberania e autonomia nacional, (o caráter dessa industrialização será visto mais adiante).

---

[4] Paulo Motta Lima. "JK, a lei de fidelidade e as artes do demônio" *RB* 17:52.

No espectro político cabe verificar que este apoio pressupunha o fortalecimento da burguesia industrial nacional que passaria a ser capaz, porque fortificada, de desafiar o domínio político do imperialismo.

O contexto internacional era o de Guerra Fria, contenda imaginária entre EUA e URSS. As forças políticas alinhadas com a URSS elegeram como alvo exclusivo de seus ataques em nível internacional os EUA. Esse país encarnava o imperialismo. A RB, não foi exceção, às forças que se alinharam com a URSS, e traduziu a luta contra o imperialismo como luta contra os EUA.

Politicamente os colaboradores da *RB* seguiram apoiando o governo: "Todos os dias a administração do Sr. Juscelino Kubitschek se aproxima mais dos ideais oposicionistas e tem merecido seus louvores"[5].

No entanto a caracterização que a revista fez do governo JK foi pendular, variando de acordo com as flutuações conjunturais. "O governo do Sr. Juscelino Kubitschek não foi menos generoso com o imperialismo. De todos os governos brasileiros até hoje, foi certamente o mais entreguista, e nunca a economia brasileira assistiu a tamanha orgia imperialista"[6].

O conteúdo do governo de Kubitscheck ora era entreguista, ora nacionalista. "O desentendimento entre o Presidente Kubitschek e o Fundo Monetário Internacional vem revelar a contradição de sua política econômica que apresenta ao mesmo tempo aspectos profundamente nacionalistas e outros de cunho francamente entreguistas"[7].

JK representou um setor da burguesia brasileira disposta a bancar a industrialização a qualquer custo. Essa pressa exprimiu-se através do slogan "50 anos em 5". O *Plano de Metas* (educação, transportes, alimentação, indústria pesada e energia elétrica) e a meta síntese - Brasília - expressavam a ansiedade desta burguesia em se credenciar industrialmente.

---

[5] Elias Chaves Neto. "Rumo às eleições" *RB* 27:5.
[6] Caio Prado Jr. "As eleições de 3 de outubro". **RB** 32:6.
[7] Elias Chaves Neto. "O Presidente Kubitschek e o Fundo Monetário Internacional". **RB** 24:1.

Os EUA ofereceram resistência em apoiar institucionalmente esse plano e através do FMI pressionaram o governo a desacelerar sua execução.

Isso foi exemplificado, quando durante o primeiro semestre de 1959 o FMI recusou-se a ceder um empréstimo de trezentos milhões de dólares. Dentre os argumentos dessa agência de cooperação internacional, estava o fato de que o governo brasileiro não reduziu seus gastos públicos.

Para a época tal exigência do FMI significava o mesmo que paralisar o andamento do *Plano de Metas* e Brasília, detendo a arrancada industrializante do país[8] .

Diante do impasse: seguir executando o plano, satisfazendo as aspirações da burguesia nacional ou ceder às pressões dos EUA, JK optou por romper com o FMI[9] .

A atitude de JK pode parecer um lance de audácia por afrontar a principal instituição financeira internacional criada no pós Segunda Guerra. Mas, ao contrário de expressar um fortalecimento da burguesia nacional representou, isto sim, os estreitos limites de domínio e governo desta mesma burguesia.

Quando JK "rompeu" com o FMI sua popularidade estava em baixa, o que comprometia suas ambições de reeleição. De súbito, sua popularidade saltou para índices elevados, além de ter conquistado a simpatia dos mais fervorosos nacionalistas.

Por trás do anúncio de ruptura havia uma enorme pressão social que empurrava o governo não só para ações de desafio ao imperialismo norte-americano como, também, a efetuar o crescimento econômico a fim de fazer diminuir o descontentamento popular que atingia a maioria das famílias brasileiras.

---

[8] para Rostow, o Take-off .

[9] cf. Ricardo Maranhão. "O Estado e a política 'populista' no Brasil (1954-1964)" in **História Geral da Civilização Brasileira**. T. III, v. 3. pp. 257-294, e Moniz Bandeira. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. pp. 397-398.

O jogo de cena com o FMI foi incapaz de reverter o quadro, e a caracterização do governo JK voltou a ser impopular. "Considere-se por exemplo a eleição e em seguida o governo do Sr. Kubitschek que realizou talvez a administração mais antipopular, no sentido de contrariar o pensamento real e os interesses populares, que o Brasil jamais teve"[10].

Posteriormente, sem um balanço, o governo JK passou a ser considerado como entreguista "...quem abriu as portas para penetração dos trustes internacionais em nossa terra..."[11].

A ambigüidade continuou sendo a tônica do comportamento da *RB* diante da sucessão de JK. Em concordância com o Partido Comunista, visualizou na candidatura Lott não só a defesa dos interesses nacionalistas, mas a continuidade do governo JK. "O Marechal Lott (...). Se oficialmente, por ser um candidato governamental, exprime a continuidade do governo do Sr. Juscelino Kubitschek, forçoso é reconhecer que sua pessoa representa uma voz discordante naquele governo"[12].

Em 1960 a aliança política que elegeu Juscelino Kubitschek saiu derrotada, a vitória do pleito eleitoral coube ao candidato da UDN, Jânio Quadros, que derrotou a tradicional aliança PSD - PTB, representada pela figura do ex-ministro da Guerra e fiador da posse de JK, Marechal Henrique Teixeira Lott.

A expressiva votação de Jânio Quadros representou um duplo fracasso do nacionalismo, do ponto de vista eleitoral a votação do candidato da aliança PSD/PTB foi pífia e do ponto de vista programático o apoio a ele não reforçou posições de cunho nacionalista e democratizantes, pois Lott definia-se como um candidato anticomunista.

---

[10] Caio Prado Jr. "Panorama da política brasileira". *RB* 38:5.
[11] Elias Chaves Neto. "Revolução democrática". *RB* 48:3.
[12] Elias Chaves Neto. "Rumo às eleições". *RB* 27:6.

Por outro lado, à época, o Código Eleitoral não estabelecia o voto vinculado na chapa de eleição presidencial, o que permitiu que o candidato a vice na chapa de Lott, João Goulart derrotasse o vice de Jânio, Milton Campos.

Na presidência foi empossado o candidato populista e demagógico da UDN, partido que historicamente sempre fizera oposição ao getulismo e na vice-presidência o ex-Ministro do Trabalho e herdeiro de Getúlio Vargas, que entre outras medidas, em 1954 reajustou o salário mínimo em 100%.

O editorial do número 32 da revista, assinado por Caio Prado Júnior, foi dedicado ao significado da vitória de Jânio Quadros, iniciando com um histórico que remontava aos anos do governo Vargas, em particular a revolução de 30, que quebrara o domínio das velhas oligarquias. O autor passou a criticar o populismo como prática política das elites dirigentes do país: "O populismo, sob suas diferentes designações, não constitui nunca uma legítima expressão dos interesses e reivindicações populares"[13].

No editorial, Caio Prado Jr. seguiu criticando as injustiças e desigualdades sociais, visando "(...) explicar o paradoxo de que essa esperada reação popular, que mais dia menos dia tinha de vir, se fez em mola impulsionadora de uma personalidade como Jânio Quadros, comprometido até a raiz dos cabelos com os grupos mais antipopulares da política brasileira (...)"[14].

Deste ponto para frente, o autor passou a criticar abertamente os nacionalistas e dirigentes de esquerda, que não souberam denunciar o disfarce nacionalista e populista, que o candidato vitorioso apresentara às massas, ao mesmo tempo que ele soubera manter a confiança das elites conservadoras, fiadoras de sua meteórica ascensão política.

A crítica mais contundente foi dirigida contra os comunistas que não haviam compreendido a advertência popular: em primeiro lugar porque se divorciaram das

---

[13] Caio Prado Jr. "As eleições de 3 de outubro". *RB* 32:4.
[14] Caio Prado Jr. "As eleições de 3 de outubro". *RB* 32:10.

massas trabalhadoras e populares e em segundo lugar pelo equívoco de concepções, que concebiam a atual fase do capitalismo brasileiro como progressista, cabendo aos comunistas apoiarem-no.

O autor citado atribuiu esses erros: "(...) razão da cegueira dos comunistas em frente à realidade política (...)"[15].

A partir da eleição de Jânio Quadros a crise pela qual passava o país foi crescendo até o golpe de 1964. A vitória dele expressou as contradições anteriormente descritas entre a manutenção dos dispositivos institucionais do Estado Novo e o movimento de massas que emergira após a submersão dos anos de ditadura varguista.

O primeiro aspecto deste fenômeno é a importância lateral que o sistema partidário detinha em função de que "(...) no populismo as relações entre as classes sociais se manifestam de preferência como relação entre indivíduos"[16].

A relação de Jânio Quadros com a UDN, partido pelo qual elegeu-se, foi de mútuo utilitarismo e oportunismo. A UDN, sedenta por derrotar a aliança PSD-PTB, encontrou um candidato ambicioso e capaz de fazer o jogo tanto das elites como o da demagogia necessária para ganhar a grande massa do eleitorado.

Esse último aspecto esteve presente de ambos os lados, pois diante da possibilidade de vitória de Jânio Quadros os dirigentes de sua legenda rifaram o próprio candidato a vice-presidente, em função do grande apoio popular ao candidato a vice de Lott, João Goulart.

A campanha Jânio Quadros - João Goulart (Jan-Jan) assumiu um discurso antiimperialista e não foi abortado pelos respectivos candidatos e partidos, apesar da aparente incompatibilidade programática.

---

[15] Caio Prado Jr. "As eleições de 3 de outubro". *RB* 32:15.
[16] Francisco Weffort. **O Populismo na Política Brasileira**. p.74.

Esse fato revelou a confusão reinante no seio das classes dominantes, incapazes de uma definição programática, dado que a defesa de seus interesses estavam melhor representados na figura de Jânio Quadros, mas por outro lado João Goulart era visto pela burguesia como representante dos anseios e aspirações da massa de trabalhadores que, na prática, exigiam sua presença no jogo de cena da política central.

Incapaz de abafar a crise política que se arrastava, passados sete meses de governo Jânio Quadros propôs-se a aplicar um golpe, utilizando como estratagema sua renúncia ao cargo de Presidente.

Neste momento, a crise não era somente política, "(...) a crise que se abriria no ano de 1961 não seria apenas de governo e sim de regime. Um sistema institucional bastante frágil, mantido graças à margem de rearranjos e combinações que o pacto de dominação vigente permitia, estava entrando em acelerado esgotamento"[17].

Elias Chaves Neto em editorial do número 37 apontou dois elementos essenciais para a conjuntura que se seguiu até 1964: em primeiro lugar a recusa da população em tomar as ruas, exigindo o retorno de Quadros, fez sua tática sebastianista falhar. E em segundo lugar, diante do impasse criado em função da rejeição dos militares à posse de Jango, o recurso parlamentarista ao invés do golpe militar direto[18].

A tentativa de Jânio Quadros fora a de fortalecer seu governo, limitado pelos poderes fiscalizatórios do Congresso e passar a atuar como ditador civil. Essa postura autoritária já estava inscrita em seus governos passados, no exercício da própria Presidência e no fenômeno do qual fazia parte.

Ao encontrar-se acuado pela ausência de respaldo popular à sua permanência na presidência, Jânio Quadros saiu de cena e entrou o poder militar.

---

[17] Ricardo Maranhão. **op. cit.**, p. 259.

[18] cf. Elias Chaves Neto. "O golpe dos militares". *RB* 37:1-8

No Brasil os militares desde a queda do Estado Novo vinham atuando como fieis do jogo político entre as diversas forças sociais.

O poder militar "(...) não pode ser concebido da mesma forma que no modelo liberal clássico, como corpo profissional que constitui um aparelho dos mais importantes dentro do Estado, voltado porém principalmente para a afirmação da soberania perante o exterior. No Brasil, desde a Guerra do Paraguai, o exército, principalmente nos seus escalões mais altos, é um importante centro de ação e decisão política interna"[19].

No número 38 da *RB* foi publicado um ensaio de Theotônio Júnior que tentava interpretar a crise de agosto[20], caracterizando as pretensões de Jânio Quadros como sendo a de conter as organizações de esquerda, dos trabalhadores e estudantes. Através de sua investida Jânio teria também o recurso da pressão militar às massas diante das medidas antipopulares que seu governo viesse a adotar.

Ao concluir seu artigo, Theotônio Júnior realizou um prognóstico: as ameaças futuras de golpe encontrarão em algum ponto do Brasil combates de vanguarda que abortarão o processo[21].

Os acontecimentos históricos comprovaram que o prognóstico lançado pelo autor estava errado. O governo de João Goulart não encontrou uma saída institucional para a crise e a esquerda foi incapaz de impor um governo próprio.

Os acontecimentos que diretamente configuraram uma situação de crise revolucionária durante o governo de João Goulart podem ser descritos da seguinte forma.

Greve geral para pressionar a aprovação da lei do 13° salário em 5 de julho de 1962, e no dia seguinte a criação do Comando Geral dos Trabalhadores. Em 6 de janeiro de 1963 a proposta de manutenção do parlamentarismo foi derrotada no plebiscito convocado para decidir a questão. Dia 12 de setembro houve um levante

---

[19] Ricardo Maranhão. **op.cit.**. p. 268.
[20] Theotônio Júnior. "A crise de agosto (ensaio de interpretação)". *RB* 38:16-28.
[21] Theotônio Júnior. "A crise de agosto (ensaio de interpretação)". *RB* 38:28.

de sargentos da Marinha e Aeronáutica, ocupando posições militares na capital, Brasília. 29 de outubro de 1963, 700 mil operários em greve reivindicando aumento salarial na cidade de São Paulo.

No início de 1964 (17 de janeiro) o Congresso aprovou a Lei de Remessa de Lucros apresentada por Goulart. No entanto, foi o mês de março de 1964 que marcou o ápice da crise política que o país vivia há vários anos. No dia 13 deste mesmo mês o Presidente realizou um grande comício na estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro e com um discurso inflamado defendeu as reformas de base. A resposta da burguesia não tardou e passados quatro dias do comício ela lançou um manifesto contra a agitação política. A Igreja e os setores mais conservadores da sociedade articularam-se e a 19 de março realizaram em São Paulo uma passeata que reuniu 500 mil pessoas, convocada como "Marcha da Família com Deus pela liberdade".

A base militar não ficou de fora das agitações que percorriam todo o país e a 25 de março centenas de marinheiros e fuzileiros navais realizaram no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro um protesto contra a prisão de líderes da Associação. No último dia do mês João Goulart foi deposto - era o início de mais um período de ditadura militar, dando fim ao regime civil saído da ditadura do Estado Novo.

Esses fatos marcaram os anos do governo João Goulart, que os simpatizantes do nacionalismo enxergavam como progressista. A partir deste momento e postos os fatos que definiram o perfil da crise política e institucional, cabe a nós averiguar o arrazoado nacionalista e o como que diante de tal crise o desenlace não fora positivo para as forças nacionalista, de esquerda ou mesmo progressistas, de acordo com terminologia presente nos textos políticos publicados pela revista que discutiam o contexto político da época.

O primeiro item a ser destacado foi a caracterização política de dois setores no interior da burguesia nacional. "Dentro da burguesia nacional há duas correntes: a

que se liga ao latifúndio e ao imperialismo e a que é partidária de cunho progressista"[22].

Dessa caracterização que sempre permeou os artigos políticos da revista, se extraiu a tática de alianças com o setor progressista da burguesia: "Na época atual, que é das lutas anticoloniais, vemos como os trabalhadores tomam posição ao lado das classes dominantes progressistas nas suas lutas pela libertação nacional"[23]. Para os colaboradores da revista esta aliança era possível, porque os interesses estavam unidos: "O interesse das classes populares - do trabalhador rural e do proletariado - se entrosa com o da burguesia progressista do país e da classe média, (...)"[24]

O objetivo político era a emancipação do jugo imperialista: "A libertação tem como primeira condição a luta antiimperialista concreta e não simulada. A segunda condição é a tomada de posição do povo, além de contra o imperialismo a favor do progresso produtivo. Ambos são inseparáveis (...)"[25].

A definição de nacionalismo para os autores dela não sofria muitas diferenças entre si, apenas nuances. Para eles, nacionalismo era o desenvolvimento da nação. Alguns escritores viram algo mais, mas a base conceitual de que partiam era essa. "Por isto, tenho definido nacionalismo como a consciência política do desenvolvimento"[26]. "O nacionalismo é o movimento que, tendo por objetivo a aceleração do desenvolvimento econômico do país, se opõe à exploração imperialista"[27].

Havia por parte dos colaboradores da revista o reconhecimento de que o nacionalismo não era uma reivindicação dos setores explorados e oprimidos da sociedade. "O nacionalismo, sob um aspecto, surge como uma reivindicação da

---

[22] Paulo Motta Lima. "Interesses em contradição". *RB* 43: 54.
[23] Álvaro de Faria. "Os trabalhadores e a nação". *RB* 17: 57.
[24] Elias Chaves Neto "Socialismo e emancipação nacional". *RB* 12: 44.
[25] Álvaro de Faria. "Nacionalismo com e sem aspas". *RB* 23: 59.
[26] Hermes Lima. "Variações críticas sobre o nacionalismo". *RB* 18: 19.
[27] Fabrício Soares. "Conceito atual de nacionalismo". *RB* 23: 87.

burguesia industrial nacional (...)"[28], "(...) emerge o nacionalismo elemento da ideologia da burguesia industrial brasileira (...)"[29].

A ideologia nacionalista fora concebida como uma fase de toda a história da humanidade: "(...) a atual fase da história da humanidade pode ser considerada a da etapa nacionalista"[30]. Isto implicava que toda e qualquer estratégia política deveria ser subordinada aos interesses nacionais, inclusive o movimento comunista. "Para os comunistas o nacionalismo significa a união de todas as forças nacionais em luta pela libertação da pátria da exploração imperialista e a conseqüente elevação do padrão de vida do nosso povo pela edificação de uma economia nacional independente, no que consiste precisamente o processo de libertação. Tem, portanto, esta política pleno apoio dos comunistas"[31].

Uma síntese deste arrazoado político presente nos artigos da revista pode ser oferecida destacando-se três pontos centrais: primeiro, havia um setor progressista no seio da burguesia nacional; segundo, dada a existência deste setor cabe aos trabalhadores apoiá-lo numa política de união nacional; terceiro com o objetivo de fazer crescer o país e ao mesmo tempo o libertar das travas imperialistas.

Foi a partir dessa orientação, que não somente os colaboradores, como também o conjunto do movimento operário informados pela esquerda oficial da época intervieram na conjuntura. A partir de uma generalização abusiva das divergências no interior da burguesia, os setores nacionalistas conceberam a existência de um setor progressista e outro conservador. Ao contrário, para Marx a burguesia define-se como classe proprietária e esta condição de proprietária foi é o que norteia toda a sua ação.

---

[28] Elias Chaves Neto. "O espectro da crise". *RB* 17: 5.
[29] Octávio Ianni. "Aspectos do nacionalismo brasileiro". *RB* 14: 133.
[30] Elias Chaves Neto. "A etapa nacionalista". *RB* 26: 4.
[31] Elias Chaves Neto. "A etapa nacionalista". *RB* 26: 7.

As confusões começaram a partir da construção teórica do conceito de burguesia nacional, a fim de justificar uma aliança com este setor. "A ideologia nacionalista, ao procurar viabilizar uma suposta aliança entre o proletariado e a burguesia nacional 'progressista e antiimperialista', não só tinha que criar essa categoria sócio-política, como considerá-la 'de esquerda' (...) O desenvolvimento dos anos 50, associando objetivamente o capital nacional aos monopólios estrangeiros, deveria pôr a nu o caráter puramente ideológico da noção de burguesia nacional antimperialista"[32].

Do ponto de visita ideológico o que estava dado é que a burguesia dividia-se em dois setores e se propunha uma aliança com o setor progressista. Mas não foi este o limite da subordinação das massas aos acordos com a burguesia nacional.

Constatou-se que esta burguesia era fraca: "Ora, da nossa burguesia, a parte que tem potencial nacionalista não está apta a se defender sozinha por causa de suas ligações econômicas e por não ter uma base econômica que a sustente, radicada no mercado interno"[33]. Um pouco mais adiante, o mesmo autor afirmou que os trabalhadores deveriam emprestar forças a este setor da burguesia para encaminhar uma luta conjunta pela configuração do Brasil como nação[34].

As contradições de classe desapareceram. Para o marxismo, o critério de classe é o único capaz de delimitar uma distinção. O que a esquerda nacionalista apresentava para o movimento operário - era a luta por reformas sociais e conquistas parciais ao contrário da estratégia revolucionária esperada de marxistas.

A conjuntura da época revela uma movimentação de classe muito agitada. As lutas, manifestações, passeatas, greves etc. expressavam uma dinâmica de classe de revolta contra a representação política que se baseava no domínio social da burguesia, a qual ao deter a propriedade privada esmaga a sobrevivência do proletariado.

---

[32] Ricardo Maranhão. **op. cit.**, 289
[33] Álvaro de Faria. "Os trabalhadores e a nação", *RB* 17: 67.
[34] cf. Álvaro de Faria. "Os trabalhadores e a nação". *RB* 17: 68.

A interrogação que esteve presente no cenário político nacional desde a Revolução de 30 foi a de saber qual regime deveria suceder o domínio da velha oligarquia. Não é aleatório, portanto, que a divisa de Antônio Carlos Andrada, "Façamos a revolução antes que o povo a faça", data de 1930. A atualidade dela ainda não foi contestada.

Desde essa época o combate político da maioria da esquerda autodenominada revolucionária seguiu propondo alianças com os setores progressistas, ora a burguesia nacional, ora com a classe média. A delimitação dos campos ideológicos, de classe e programáticos não eram as preocupações maiores.

O objetivo socialista deveria passar pela aliança com a burguesia progressista. Na primeira etapa, este campo derrotaria o reacionário através de uma política de colaboração de classes. Numa segunda, estaria inscrita a luta pelo socialismo. Na caracterização da burguesia dos países semi-coloniais, decalcou-se o passado europeu, onde ela foi revolucionária no século XVIII.

O método da dialética passou a servir para os interesses de justificação tática da esquerda nacionalista, que construiu duas contradições, a principal e a secundária. "A contradição em nossa terra não se coloca entre imperialismo e comunismo, mas entre imperialismo e ordem democrática"[35]. A contradição principal no campo interno era o domínio dos setores mais conservadores, os latifundiários etc., e a secundária era a dos regimes capitalista e socialista, como pode ser claramente verificado na citação acima de Elias Chaves Neto. Neste contexto teórico as contradições não foram colocadas entre as classes, mas entre categorias políticas que expressam ideologias de classe.

---

[35] Elias Chaves Neto. "Frente de Libertação Nacional". *RB* 42: 6.

3.2 A questão agrária

Para a quase totalidade dos autores da revista a sociedade brasileira se dividia em dois pólos, o arcaico rural e o moderno urbano. A construção desta dualidade correspondia a uma aspiração política de combate aos setores denominados atrasados da sociedade brasileira, localizados no campo.

O setor rural representava o passado pré-capitalista, que na sucessão dos modos de produção foi classificado como feudal, enquanto a cidade representava a integração do país ao regime capitalista.

Regime feudal, regime de trabalho servil, restos feudais até semi-feudalismo, todas estas foram denominações correntes na revista e alhures por marxistas e socialistas.

"Infelizmente boa parte da literatura que trata entre nós do assunto, sobretudo a que provém de nossos marxistas e comunistas se apresenta em formulações muito gerais e imprecisas, empregando expressões vagas e sem conteúdo bem caracterizado e definido. É o caso, entre outros de expressões como 'restos feudais', 'relações pré-capitalistas de produção', 'latifúndio', 'camponês rico, médio ou pobre"[1].

A opção portuguesa no início de nossa colonização pelo trabalho escravo associado à monocultura do açúcar e a concessão de donatarias à fidalguia portuguesa, forneceram os argumentos para justificar que os primeiros momentos da história brasileira apresentavam uma similaridade de etapas com a história européia. Secundariamente, o trabalho servil indígena, em menor escala no Brasil, mas em escala ampliada na América Latina, também reforçou essa tese.

---

[1] Caio Prado Jr. "Resposta de Caio Prado Júnior". *RB* 32: 157.

Em sendo o feudalismo o modo de produção que antecede o capitalismo, caberia encontrar esta mesma etapa histórica no Brasil e demais países latino-americanos, como um prolongamento da história européia.

Para amplos setores da esquerda referidos por Caio Prado, a responsabilidade pelo nosso atraso era do campo feudalizado. Eles concebiam que houve um transplante das relações feudais européias desde o primeiro dia da chegada dos portugueses ao Brasil.

A solução proposta, então, foi eleger o problema do campo como central para a saída dos impasses econômicos vividos pela nação. Caberia ao Brasil cumprir a etapa histórica da revolução burguesa para que, seguindo o modelo europeu, pudesse ocorrer a substituição do feudalismo pelo capitalismo.

O próprio Caio Prado Jr. principal articulador teórico da *RB*, havia definido há muito que o empreendimento português fora capitalista/mercantil. Mais recentemente Fernando Novais ao estudar as relações entre colônia e metrópole reforçou que no contexto do *exclusivo metropolitano* a indução da atividade econômica era de incorporação dos núcleos periféricos aos centros dinâmicos europeus a fim de estimular sua produção mercantil[2].

No entanto, muito antes que a esquerda realizasse uma autocrítica das conceituações de passado feudal no país, um industrial paulista, Roberto Simonsen, ao publicar uma **História Econômica do Brasil** em 1937, desmistificava a questão.

Seu objetivo era o de esclarecer nosso passado, para melhor aproveitamento das possibilidades econômicas do capitalismo no Brasil. A esquerda que habituara-se a confeccionar uma história lacunar, revelou desconhecer os termos do debate posto por ele.

Em seu livro, negou que nosso passado colonial pudesse ser caracterizado como feudal. "Quando se referem a donatarismo, consideram-no como se estivessem diante de um regime feudal. O fato se explica pela falta de conhecimento das

---

[2] Fernando Novais. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** pp. 72-92.

características da vida medieval que somente os recentes estudos da história econômica têm esclarecido suficientemente. Na verdade, Portugal, em 1500, já não vivia sob o regime feudal. D. Manuel, com sua política de navegação, com seu regime de monopólios internacionais, com suas manobras econômicas de desbancamento do comércio de especiarias de Veneza, é um autêntico capitalista"[3].

Para o empresário paulista, os historiadores que concebiam feudalismo no Brasil partiam de análise equivocada do sistema de donatarias, visto que em Portugal, muito menos no empreendimento colonial português em terras brasílicas houve vestígio de feudalismo.

Em primeiro lugar, por reconhecer que as dificuldades do Erário Régio estimularam a Coroa portuguesa a conceder a nobres o direito de exploração das donatarias acompanhados de direitos políticos. "Os imensos poderes outorgados aos donatários também não significam feudalismo (...)"[4]. E o fato da concessão de donatarias ser hereditária , também, não conferiu cunho feudal a todo o sistema. Para Simonsen, a questão da hereditariedade das donatarias ao se confrontar com as forças das circunstâncias históricas desfez-se econômica e juridicamente.

Ao caracterizar a política de navegação lusa como um regime de monopólios, ele colocou a problemática da economia colonial na esfera do mercado mundial, eixo de análise que não fora muito explorado na historiografia brasileira.

Verificou, já no século XVI, uma divisão internacional do trabalho no mercado mundial. A realidade de mudanças iniciadas com a expansão ultramarina quebraram as amarras da servidão, preparando a passagem para uma nova forma de trabalho. Na Europa do século XVI desembocando no XVIII com a Revolução Industrial, consolidou-se a forma de trabalho assalariado.

Paralelamente, na América Latina a "reinvenção" do trabalho escravo e servil, para muitos colaboradores da *RB* e historiadores de inspiração marxistas,

---

[3] Roberto Simonsen. **História Econômica do Brasil**.. p. 82.
[4] ibid. p.83.

representou um retorno ao trabalho escravo da antigüidade e ao trabalho servil medieval.

Os autores clássicos do marxismo trataram das duas questões que embasam a definição do feudalismo do Brasil, a forma de trabalho e as relações impostas pela metrópole.

No capítulo d' **O Capital** sobre a "Gênese da Renda Fundiária Capitalista", Marx tratou das diversas formas de renda da terra e estabeleceu as bases para a compreensão do fenômeno que percorreu toda a América, as formas compulsórias de trabalho.

Marx afirmou que são três as formas de renda da terra, postas em sucessão histórica: renda em trabalho, renda em produtos e renda em dinheiro.

Na renda em trabalho, o produtor direto trabalha para o proprietário fundiário e neste esquema a renda e a mais valia são idênticas. Na renda em produtos, o produtor direto entrega ao proprietário apenas parte de seu trabalho, o que não significa que a parcela que permanece com o trabalhador supere o mínimo físico necessário para sua subsistência.

Na sucessão de metamorfoses das rendas fundiárias, a renda em dinheiro é a mais evoluída socialmente, pois nela a relação entre o camponês e o proprietário passa a assumir uma forma contratual. "A transformação da renda em produtos em renda em dinheiro, que primeiro ocorre esporadicamente e depois em escala mais ou menos nacional, pressupõe desenvolvimento já significativo do comércio, da indústria urbana, da produção de mercadorias em geral e, com isso, da circulação de dinheiro"[5].

Os diversos estudos sobre o campo brasileiro publicados pela revista não só comprovaram a deficiência na evolução do comércio, indústria urbana e da produção de mercadorias em geral como apontaram que o país ainda não havia atingido por

---

[5] Karl Marx. **O Capital**. V. III, t. 2, p. 255.

extenso o predomínio de relações contratuais, concebidas como monetárias, entre trabalhadores rurais e proprietários de terras.

Para Marx esta é uma condição histórica daqueles países que chegaram tarde na divisão internacional do mercado mundial. Pois essa relação de renda fundiária em dinheiro somente conseguiu "(...) tornar-se regra nos países que na transição do modo de produção feudal para o capitalista, dominam o mercado mundial"[6].

O Brasil não participou deste processo como protagonista, mas sim como coadjuvante, permanecendo historicamente nesta condição. Esse aspecto reforça o caráter dependente do desenvolvimento econômico brasileiro e manifestou-se na formação dos dois setores básicos da agropecuária. A produção mercantil para a exportação adotou o trabalho escravo como forma de exploração intensiva da mão de obra e o setor de subsistência permaneceu escassamente mercantilizado.

Reafirmou, porém, que a identidade entre as formas compulsórias de trabalho moderna versus a antiga e medieval é apenas de forma, não significava um ressuscitar de modos ultrapassados. "De maneira geral, a escravidão encoberta dos trabalhadores na Europa precisava, como pedestal da escravidão *sans phrase*, do Novo Mundo"[7].

A insistência por parte dos colaboradores do periódico em caracterizar o campo brasileiro traçando um paralelo com os modos de produção imediatamente anteriores ao capitalismo comercial, obriga-nos a discussão dessa questão, que é recorrente também na historiografia de origem burguesa, de que o Brasil e o conjunto da América Latina têm um passado feudal em comum.

Este debate exige a contraposição de elementos de definição das características centrais associadas à economia colonial diferenciadoras do feudalismo.

Na economia colonial a produção é em larga escala, voltada para a exportação, portanto, ao mercado mundial, ao contrário do feudalismo, que produz para o

---

[6] Karl Marx. **op. cit.**, V. III, t. 2, p. 257.
[7] Karl Marx. **op. cit.**, V. 1, t. 2, p. 291.

mercado local de subsistência. A empresa colonial utilizou-se de mão-de-obra em larga escala, no caso brasileiro a escravidão de negros. Essas são características capitalistas, apesar de sua tradução colonial deformar a transparência destas relações em véu feudal.

A imposição por parte das metrópoles de um Pacto Colonial serviu, por vezes, para fazer crer que este vínculo jurídico entre e Coroa e a colônia fosse a prova do transplante de relações feudais ao Brasil. Porém, para aqueles autores que se reivindicam marxistas a importância deveria recair sobre o conteúdo econômico-social das relações entre metrópole e colônia, que indubitavelmente giravam em torno à produção para o mercado exportador e objetivavam o lucro. "O fito de lucro era a causa primordial da vinda para o Brasil"[8].

A atividade rural medieval tinha como unidade de produção a família camponesa. Não havia absoluta ou total dependência do mercado, além da divisão do trabalho ser realizada *interna corporis*. O solo era de uso comunitário e a "finalidade" da atividade agrícola era a auto-suficiência/subsistência.

Na Europa a desagregação do senhorio feudal resultou em um processo que combinou dois movimentos: o de surgimento da pequena propriedade rural e o de emancipação do artesanato. Esse segundo aspecto pode ser reafirmado a partir do estudo de Rosa Luxemburgo: "A história do artesanato europeu na Idade Média é a história de sua emancipação da agricultura, de seu desligamento do feudo, de sua especialização e desenvolvimento com vistas à produção mercantil urbana, em corporações de ofício"[9].

No item surgimento da pequena propriedade a experiência histórica brasileira reúne elementos eqüidistantes da experiência européia. Aqui ela surgiu como parte do processo de desagregação da grande propriedade voltada para a atividade mono-agro-exportadora. "A pequena propriedade - que significa o acesso dos trabalhadores

---

[8] Roberto Simonsen. **História Econômica do Brasil**. p. 82.
[9] Rosa Luxemburgo. **A Acumulação do Capital**. p. 271.

rurais à propriedade fundiária - resulta do retalhamento da grande propriedade, que perde sua principal razão de existência quando não pode ser aproveitada pela grande exploração"[10].

Em nosso território com a chegada de Cabral o uso do solo deixou de ser comunitário. O início do processo de ocupação/colonização esteve associado à atividade agro-exportadora, ou seja, dependia de um mercado externo.

Os fatores internos da economia pré-cabralina em nada atuaram na conformação da sociedade brasileira colonial. Pelo contrário, tanto no Brasil como no conjunto da América.

O caráter da colonização/ocupação do nosso continente esteve marcado por esta característica - a chegada dos colonizadores aqui representou o início de uma luta contra a economia natural: "(...) o capitalismo, onde quer que seja, procura sempre destruir a economia natural sob todas as suas formas históricas com as quais possa vir a deparar-se (...)"[11]. Na América as relações capitalistas foram transplantadas.

A opção pelo trabalho escravo não apresentou nada de semelhante às formas praticadas nas Idades Antiga e Média. Justificou-se pela necessidade que o empreendimento colonial tinha de encontrar uma forma de trabalho intensiva, visto que dada a conjuntura européia essa mão de obra não poderia ser a portuguesa.

Para Marx, o escravo não passava de um instrumento de produção do empreendedor capitalista. "Todo o mais-trabalho dos trabalhadores que aqui se representa no mais-produto é extraído deles diretamente pelo proprietário de todos os instrumentos de produção, entre os quais se conta o solo e, na forma originária da escravidão, os próprios produtores imediatos"[12].

A escravidão constituiu a base da produção social e econômica do Brasil colonial e imperial. Com o fim do trabalho escravo, o contigente de negros libertos não constituiu um fator de ampliação do mercado interno. A adaptação do negro ao

---

[10] Caio Prado Jr. "Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil". *RB* 28: 206
[11] Rosa Luxemburgo. **op.cit.**, p. 254.
[12] karl Marx. **op. cit.**, V. III, t. 2, p. 260.

regime de trabalho livre não foi imediata. Sua incorporação ao mercado de trabalho foi prejudicada em função do racismo e inúmeros preconceitos enraizados em trezentos anos de escravidão. Mas principalmente porque o negro quando adquiriu sua liberdade encontrou a concorrência da mão-de-obra imigrante.

"O processo de absorção dos negros livres pelas industrias é mais recente (data dos últimos vinte anos) e realizou-se posteriormente a um longo período em que os ex-escravos e seus filhos viveram no desregramento e na miséria, suportando sob seus ombros a carga de privações e de bestialização que, na Europa, os primeiros trabalhadores livres da indústria e os camponeses arruinados pela penetração capitalista nos campos tiveram que sofrer"[13].

A conjuntura histórica sobre a qual o Brasil foi firmando sua presença no cenário econômico mundial foi o de consolidação do capitalismo. Quando o Brasil emancipou o trabalho escravo e fez surgir o trabalho livre assalariado o capitalismo já se encontrava em sua fase/estágio supremo de domínio monopolístico[14].

Este contexto marcou, a evolução histórica da agricultura brasileira, que nunca deixou de apresentar manifestações de coerção extraeconômica no trabalho rural.

Para resolver os problemas do campo a solução proposta pelos colaboradores da *RB* foi a de realização da reforma agrária. As formas de concretização desta política iam desde a extensão da legislação trabalhista ao campo, passando por uma política de crédito ao produtor rural, até a expropriação de todo e qualquer latifúndio.

Para discutir essa problemática destacamos três artigos: Caio Prado Jr.; "Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil" publicado no número 28, Andrew Gunder Frank, "Agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo" publicado no número 51 e o artigo de Michel Lowy "Notas sobre a questão agrária no Brasil", no número 31.

---

[13] Fernando Henrique Cardoso. "Considerações sociais da industrialização de São Paulo". *RB* 28: 43.
[14] cf. Harry Magdoff. **A Era do Imperialismo**.

Caio Prado Jr. marcou os termos do debate sobre o campo, constatando que metade da população brasileira dependia da terra para sua sobrevivência direta. Chamou atenção para este fato no instante em que o país vivenciava sua arrancada industrializante.

Estabeleceu como circunstancias do êxito comercial agro-exportador a grande disponibilidade de terra e de mão-de-obra. A combinação destes dois fatores possibilitaram firmar a posição do país como abastecedor do mercado internacional. O povoamento do Brasil para ele esteve subordinado a esta contingência histórica.

A introdução da grande lavoura e posteriormente a exploração diamantífera visavam satisfazer a demanda por bens primários do mundo metropolitano. A produção dos gêneros de sobrevivência foi concebida como atividade subsidiária, prejudicando o abastecimento alimentício e a formação dos pequenos agricultores.

"Deriva daí um acentuado dualismo na situação respectiva de dois tipos de atividade rural: de um lado, a que objetiva um produto de alta expressão comercial (...); de outro lado, as atividades subsidiárias que são sobretudo as que objetivam a produção de subsistência da população local"[15].

Apesar de neste ensaio o autor afastar-se por completo da caracterização de passado feudal para definir o campo brasileiro, não escapou da categorização da existência de "(...) dualidade de setores em que se dispõe a economia rural brasileira"[16]. Esta é uma forma de pensar que impregna nossa história das idéias, pois "(...) o dualismo vem a ser o maior lugar-comum de pelo menos dois séculos de nossa história intelectual (...)"[17]

No final da análise estabeleceu como vício mais profundo da economia agrária de nosso país a grande exploração agro-mercantil, a concentração da propriedade fundiária, concluindo com a defesa da reforma agrária.

---

[15] Caio Prado Jr. "Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil". *RB* 28: 202.
[16] Caio Prado Jr. "Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil". *RB* 28: 203.
[17] Paulo Eduardo Arantes. **Sentimento da Dialética**. p. 47.

Ironicamente no número seguinte, 29, o mesmo autor escreveu o editorial, comentando o Plano de Ação do governo paulista de Carvalho Pinto para o setor rural ocasião na qual propôs: "Confiemos contudo em que o governo de S.Paulo não esteja simplesmente procurando ludibriar os trabalhadores rurais paulistas, acenando-lhes com promessas que não pretende cumprir"[18]. O segundo artigo deste mesmo número, de autoria de Ari Fontes, caracterizava Carvalho Pinto como "(...) representante indiscutível das oligarquias cafeeiras de São Paulo"[19].

Após a publicação do artigo no número 28 surgiram comentários e críticas que estimularam Caio Prado a continuar tratando do assunto.

Em artigo publicado no número 43, "Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil" afirmou serem duas as frentes de ataque da reforma agrária: "(...) a extensão da proteção legal ao trabalhador rural, e o favorecimento de seu acesso à propriedade e utilização da terra"[20].

Recaiu na caracterização, que havia criticado, em artigo de resposta a uma crítica à sua primeira contribuição e voltou a falar em "(...) nosso semi-feudalismo (...)"[21]. Para finalizar, disse que o principal objetivo da reforma agrária era a desconcentração e parcelamento da propriedade fundiária.

Voltou à problemática em artigo sobre o Estatuto do Trabalhador Rural propondo sua imediata e efetiva aplicação[22].

No último número da revista, 51, o editorial assinado por ele tratava da questão agrária no Brasil, insistindo na necessidade das esquerdas destinarem a devida importância para a Legislação Rural-trabalhista. "Este aspecto da reforma agrária tem sido subestimado, inclusive e particularmente pelas correntes políticas de

---

[18] Caio Prado Jr. "A Reforma Agrária e o momento nacional". *RB* 29: 15.
[19] Ari Fontes "A agricultura paulista no Plano de Ação". *RB* 29: 26.
[20] Caio Prado Jr. "Nova contribuição para a análise da questão agrária no campo". *RB* 43: 15.
[21] Caio Prado Jr. "Nova contribuição para a análise da questão agrária no campo". *RB* 43: 22.
[22] cf. Caio Prado Jr. "O Estatuto do Trabalhador Rural". *RB* 47: 1-13.

esquerda que acentuam quase unicamente o outro aspecto dessa reforma que vem a ser o parcelamento da propriedade rural e a eliminação do latifúndio"[23].

Gunder Frank iniciou sua contribuição dividindo o artigo em duas partes e a primeira foi: "A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo". A segunda parte prevista para o número 52 não veio a público em função do golpe, que impediu a circulação da revista.

Partindo da constatação de que tanto o pensamento padrão burguês ocidental como o pensamento marxista concebem um regime feudal para a agricultura latino-americana, este autor criticou as decorrências políticas dessa caracterização.

Estabeleceu a partir daí não somente a existência de uma coincidência de caracterização, mas de objetivos políticos idênticos entre aqueles que encontram feudalismo na América Latina: "Mais curiosamente ainda, mesmo a solução que estes marxistas propõem para a crise da agricultura é essencialmente a mesma da apresentada por seus antagonistas burgueses: acelerar e completar a capitalização da agricultura"[24].

Segundo ele ambos os setores concebem feudalismo por adotarem como miragem política a revolução burguesa, capaz de alterar a estrutura do campo latino americano. De fato, uma revolução burguesa que efetivasse mudanças na estrutura agrária poderia favorecer a economia capitalista por impulsionar o crescimento do mercado interno, como foi comprovado nos casos históricos em que ocorreram revoluções burguesa.

A grande justificativa é então o mercado interno. A todo este argumento subjaz a estratégia política da revolução por etapas. Esta era a visão dogmática da esquerda marxista, que buscava encontrar feudalismo para impor como etapa revolucionária o capitalismo e portanto justificar seu apoio às burguesias latino-americanas.

---

[23] Caio Prado Jr. "Marcha da questão agrária no Brasil" *RB* 51: 1.
[24] Andrew Gunder Frank "Agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo" *RB* 51: 45.

"Note-se que não se exclui da reflexão o pensamento marxista, enveredado nos anos 50 (e boa parte dos 60) nas sendas do stalinismo, e projetando nos diagnósticos sobre realidade brasileira a visão da 'História em etapas' a serem cumpridas necessariamente (daí a necessidade, previamente, da revolução burguesa), e veiculando na atuação concreta as premissas do nacionalismo o que dificultou sobremaneira a abertura para os problemas comuns à América Latina e ao 'Terceiro Mundo'"[25]

Gunder Frank foi objetivo e direto na sua opinião sobre as motivações revolucionárias que uma esquerda marxista vira na burguesia nacional. "O que pode a princípio parecer surpreendente, depois de se ouvir toda a propaganda de todos os lados, é que alguns marxistas professos e especialmente os partidos comunistas possam acreditar que toda a burguesia, ou mesmo toda a burguesia 'nacional', deseje resolver os problemas da agricultura e do imperialismo, e juntamente com estes, supostamente, os problemas do desenvolvimento nacional, por esta forma; em outras palavras que a 'revolução burguesa' ainda está por ser feita e que a burguesia tem que ser apoiada nesta sua missão"[26].

Ele negou qualquer presença de feudalismo, restos feudais ou mesmo de interposição de dualidades na sociedade brasileira e por extensão a latino-americana.

"Eu sustento que por mais 'feudal' que certas modalidades da agricultura brasileira possam parecer, nenhum sistema feudal existe ou jamais existiu no Brasil. Nem é o Brasil uma 'sociedade dualista', como freqüentemente se afirma, no sentido de possuir dois ou mais setores essencialmente separados e se autodeterminando"[27].

No entanto, este artigo de Gunder Frank não foi o que estabeleceu uma polêmica direta com a contribuição de Caio Prado publicada no nº 28. Esta função ficou reservada ao artigo de Michel Lowy, "Notas sobre a questão agrária no Brasil", publicado na *RB* 31.

---

[25] Carlos Guilherme Mota. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)** . p.156.
[26] Andrew Gunder Frank "Agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo". *RB* 51: 67.
[27] Andrew Gunder Frank "Agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo". *RB* 51: 45.

O autor do referido artigo iniciou sua resposta, conduzido por aquilo que também tornou-se um chavão na historiografia sobre a estrutura colonial latino-americana, o que denominamos de tipologia da distinção. "Desde a época colonial, ela se caracteriza pela confusão, interpenetração e justaposição de traços escravocratas, feudais e classistas, formando um conjunto contraditório e desconexo, um arcabouço imenso sem travejamentos seguros"[28].

Lowy não foi o único a fazer tal afirmação, diversos autores afirmaram ser a estrutura latino-americana, sui-generis, distinta, diferente, atípica, justapondo traços etc. Ele não se fixou na questão das estruturas, apenas a introduziu, para poder centrar a atenção na realidade mais concreta do campo brasileiro. Dividiu a sociedade rural brasileira em quatro camadas: os grandes proprietários/empresários, pequenos proprietários, rendeiros/parceiros/colonos e finalmente os trabalhadores assalariados[29].

Para Lowy, a diferença entre as três primeiras camadas são mais aparentes que reais, consubstanciando-se uma situação no campo polarizada pelos trabalhadores rurais assalariados e as demais camadas. A decorrência política desta caracterização é que a reforma agrária é uma saída liberal burguesa para o problema do campo brasileiro, que apresenta três finalidades.

"1. Introduzir o modo de produção e as relações de produção capitalistas no campo, eliminar as formas semi-feudais ou pré-capitalistas de produção agrária; 2. Criar, através do fracionamento de certas grandes propriedades, um pequeno campesinato conservador, que se tornará um baluarte da propriedade privada e do regime social vigente; 3. Constituir, pela formação do pequeno campesinato e pelo aumento (relativo) do nível de vida das massas rurais, um mercado interno para a produção industrial"[30].

---

[28] Michel Lowy "Notas sobre a questão agrária no Brasil". *RB* 31: 55.
[29] cf. Michel Lowy "Notas sobre a questão agrária no Brasil". *RB* 31:58.
[30] Michel Lowy "Notas sobre a questão agrária no Brasil". *RB* 31: 60.

O autor considerou uma quimera acreditar que a burguesia nacional pudesse avançar politicamente a ponto de conceber um parcelamento da propriedade rural privada, fosse o latifúndio produtivo ou não. Para a burguesia tratava-se de defender o inalienável direito de propriedade, que jamais pode ser posto em dúvida.

As únicas possibilidades de transformação agrária, imaginadas pelos latifundiários somente poderiam advir da introdução do capitalismo no campo, ou seja da exploração racional e intensiva da grande propriedade.

Há no pensamento de Lowy a negativa de encarar como viável uma solução para o problema da reforma agrária numa época de domínio monopolístico da economia mundial. Justificou sua posição a partir da consideração de que o capitalismo em seu estágio supremo ao se deparar com uma mobilização radical dos trabalhadores rurais por reforma agrária, pode ver-se colocado em xeque

Lowy concebeu a resolução do problema agrário, brasileiro e latino-americano, como parte de um processo de revolução ininterrupta[31] em que as finalidades de uma revolução agrária seriam colocadas pela expropriação sem indenização e formação de comunas agrárias.

Este posicionamento pode parecer muito radical ou até mesmo destoar com a tônica dos demais artigos publicados na *RB*. No entanto, a verificação da conjuntura do campo nos anos de publicação da revista, esclareceu que essa radicalização refletia a exarcebação dos conflitos.

Em 1955, dois meses após o lançamento da *RB*, surgiu a primeira liga camponesa do país, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, mais conhecida como Liga Camponesa de Galiléia.

Francisco Julião, seu fundador e dirigente, disse à época: "A luta de imediato, passa do campo jurídico para o político e assume, aqui e ali, colorações mais vivas. Daí o movimento camponês, organizado há poucos anos, ter passado para a

---

[31] Michel Lowy "Notas sobre a questão agrária no Brasil". *RB* 31: 68.

manchete dos grandes jornais e revistas preocupando vivamente a burguesia nacional e o imperialismo americano"[32].

O Brasil das décadas de 50 e 60 concentrou as contradições do campo acumuladas ao longo de nossa história. Desde a colonização, a estrutura agrária brasileira baseou-se no latifúndio. A maioria da população rural era deserdada da terra, mas desta vez organizada através das ligas camponesas, iniciaram uma luta que somente em 1964 foi sufocada pela ditadura militar.

O recenseamento de 1950 revelou uma considerável concentração agrária: 85% dos estabelecimentos agrícolas com até 100 hectares ocupavam 17% da área recenseada, enquanto 9% das propriedades rurais de 200 ou mais hectares ocupavam 75% da área total recenseada[33].

Metade da população brasileira neste época dependia diretamente da atividade agrícola para sobreviver, porém 76,6% da população rural brasileira era constituída de sem terras[34].

Nos vários artigos que trataram do tema, muitos dados foram compilados. Para Salomão Schattan: "Aproximadamente 64% da população do Brasil vive nas zonas rurais. Para se ter idéia do nível de vida dessa população rural, basta lembrar que ela contribui para a renda nacional com apenas 30% do total"[35]. Este era o quadro em que se realizava a luta pela terra no Brasil dos anos 1955-1964.

Diante da forte pressão vinda da base social mais explorada e oprimida do país, o governo de Juscelino Kubitschek resolveu criar a Sudene em 1959. Proposta pelo economista Celso Furtado. Os projetos dessa superintendência visavam suprir o atraso econômico e social da região nordestina, da construção de rodovias até a habitação popular com abastecimento de água e esgoto.

---

[32] Francisco Julião. **Que são as ligas camponesas?**. p. 66.
[33] Caio Prado Jr. "Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil". *RB* 28: 166.
[34] cf. Moacyr Paixão. "Elementos da questão agrária". *RB* 24: 37.
[35] Salomão Schattan. "Reforma Agrária". *RB* 1: 90.

A Sudene nasceu a partir da pressão social muito forte no meio rural nordestino. Francisco Julião contextualizou a questão: "Cria-se a Sudene. Inventa-se a 'Aliança para o Progresso'. Através desses dois instrumentos, busca-se impedir que a fogueira ateada no nordeste se transforme em um incêndio que se alastre pelo pais"[36].

A compreensão da função que a Sudene vira para cumprir foi comum entre os dirigentes do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e os colaboradores da *RB*. "As medidas aplicadas pela Sudene, na área nordestina, levam-nos a crer que esse orgão mais cedo ou mais tarde se transformará num instrumento eficaz da Aliança para o Progresso, que representa a nova forma de dominação do país pelo moderno colonialismo ianque"[37]. Buscava-se formas de contenção da luta pela terra no Brasil.

Para os colaboradores da revista a reforma agrária, que deveria apresentar alcance nacional, aos invés de ficar limitada às regiões de maior conflito era fundamental para que o mercado interno pudesse ser ampliado possibilitando maior desenvolvimento industrial do país e ao mesmo tempo erradicando a fome e miséria dos trabalhadores rurais, além de garantir a eles acesso à educação, habitação e saúde.

No entanto, a estrutura fundiária que o Brasil herdara limitou as potencialidade de uma ampla produção agrária. De um lado, a esmagadora presença do latifúndio e de outro o minifúndio incapaz de garantir o mínimo físico necessário para a sobrevivência de uma família. "A soma dos meios de subsistência que o trabalhador consegue todo ano, ou a massa de matéria que absorve, é menor que a soma dos meios de subsistência que produz"[38].

Como forma de tentar minorar os problemas do campo e ao mesmo tempo desenvolver o mercado interno, os autores da revista visualizaram a possibilidade de união de interesses entre os deserdados da terra e a alta burguesia paulista.

---

[36] Francisco Julião. **Que são as ligas camponesas?** . p. 66.
[37] Wilson Carneiro. "A Sudene e a estrutura agrária canavieira". *RB* 50: 16.
[38] Karl Marx. **Teorias da Mais-Valia.** v. 1. p. 21.

"Os industriais paulistas porém já começam a compreender a importância que para eles tem a existência de um mercado interno, conforme se depreende do documento que entregaram recentemente ao Presidente da República onde falam da 'reforma agrária', como condição necessária para a elevação do padrão de vida do nosso homem do campo e, consequentemente, pelo aumento de seu poder aquisitivo, para a criação de um mercado interno"[39].

A efetividade desta declaração foi nula, pois não foi dado nenhum passo para combinar a realização da reforma agrária com a simultânea expansão do mercado interno. A constatação veio alguns números depois: "Não há como escapar ao julgamento de que o mercado interno se expandiu mais em razão do esforço de industrialização e urbanização do que propriamente, por mudanças estruturais nas áreas do campo"[40].

Mas mesmo este crescimento do mercado interno deve ser relativizado porque "(...) a história mostra que a amplitude do mercado depende menos da sua extensão territorial do que dos rendimentos dos seus consumidores"[41].

---

[39] Elias Chaves Neto. "Mercado Interno". *RB* 14: 5-6.
[40] Moacyr Paixão "Elementos da Questão Agrária". *RB* 24: 28.
[41] Andrew Gunder Frank. "Integração Econômica da América Latina". *RB* 48: 6.

3.3 A questão da industrialização

A industrialização foi imperativo categórico do nacionalismo. Como foi visto, a ideologia nacionalista expressou uma aspiração da burguesia industrial e ao lado de um contexto de descolonização de inúmeros países da África e Ásia no pós Segunda Guerra, o pensamento nacionalista revigorou-se, também, em função do desejo de industrialização dos países semi-coloniais.

Ao contrário do que se poderia crer a "(...) colônia não é antecedente da nação"[1]. No caso do Brasil essa aspiração de consolidação de um projeto de nação esteve diretamente associado à idéia de industrialização.

"O capital industrial, por sua vez, põe uma nova verdade e novas criaturas, por exemplo, nação - homem livre - liberdade - com força suficiente para pôr uma nova ordenação do real. E, tendo em vista o trabalho que apresentamos, ficaria aqui sugerido que a compreensão do objeto nação não seria dado a partir do 'passado colonial' entendido como anterioridade lógica e cronológica da nação, mas enquanto objeto posto por um novo ordenador do real: o capital industrial"[2].

Na parte referente à questão agrária ficou claro que o empreendimento colonizador fazia parte do movimento originário do capital até sua posterior consolidação no século XVIII e as formas que este empreendimento assumiu nada apresentavam de revivescência de modos de organização sociais e econômicas do passado europeu.

---

[1] Rogério Forastieri da Silva. **Colônia e Nativismo**. A História como biografia da nação, p. 123.
[2] idem, ibidem, p. 124.

Ao apresentarmos o debate desenvolvido pelo movimento nacionalista sobre a questão da industrialização, constatamos que ele se subordinou ao espírito do capital, em sua versão de hegemonia dos monopólios.

Antes, porém, de desenvolvermos esta questão retomaremos alguns termos do debate sobre a questão agrária na passagem para a questão da industrialização.

O campo era visto pelos colaboradores da revista como um empecilho para o desenvolvimento da cidade já que a grande lavoura de exportação sempre manteve seus interesses voltados para o mercado mundial. Ao voltar seu olhar para fora, os grandes latifundiários constituíram-se em forças centrífugas contrárias à centralização e formação de um mercado interno.

A condução da unidade econômica nacional, seja no curso do período colonial em seus mais de trezentos anos, seja no curso do Império e da República apresentou como traço distintivo o desequilíbrio entre as regiões, mantendo historicamente uma relação de desigualdade entre elas, sob a base da exploração de uma região sobre a outra.

Essa situação teve seu antecedente no remoto debate entre federalistas e os advogados da centralização, que também encontrou espaço nos países latino-americanos.

Longe de parecer uma discussão desarticulada para o assunto que estamos tratando, esse foi o primeiro momento de investigação sobre as dificuldades de conformação de um mercado interno no Brasil.

Por vezes o determinismo geográfico serviu de argumento para mostrar que formar um mercado interno em um país de dimensões continentais demandaria anos e obstáculos muito grandes.

No entanto, devemos buscar na política os termos da questão. Os limitados horizontes das elites que dirigiram o processo independentista brasileiro não permitiram que esse momento pudesse consolidar uma unidade política e territorial sob a liderança do imperador.

"No Brasil as duas aspirações - a da independência e a da unidade - não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas"[3].

O longo tempo em que as aspirações de unidade e independência não caminharam juntas, referido por Sérgio Buarque de Holanda atinge os anos de publicação da *Revista Brasiliense*.

A desunião entre unidade e independência, presente na história do Brasil, refletiu-se na consciência nacional e acabou por penetrar a historiografia brasileira.

A historiografia econômica elaborou, em alguns casos, uma periodização de nossa história através de ciclos econômicos, desde o ciclo do açúcar até a industrialização promovida por Juscelino Kubitschek. Ela é a evidência empírica de que o curso nossa história econômica sempre esteve marcado pelo desequilíbrio regional, pois cada um desses ciclos esteve associado a uma determinada região do país.

Esse desequilíbrio regional econômico, na base da sociedade, reflete o condicionante da superestrutura ideológica das elites dirigentes brasileiras, que não superaram suas divergências internas para poder consolidar um projeto político próprio. E como dissemos na introdução deste trabalho, a historiografia é uma expressão teórico conceitual do comportamento coletivo do homem fazendo parte do processo de investigação da sociedade.

Nossa historiografia reflete tal condicionamento, porém partiremos dela para investigar as questões relacionadas ao processo de industrialização no Brasil.

O café foi um dos ciclos econômicos estabelecidos por nossa historiografia, que o associa a base da industrialização. Do ciclo do café, iniciado no século XIX derivou um processo de industrialização não somente porque adotou a mão-de-obra assalariada mas porque monetizou a economia, elevou a renda interna sem distribuí-la, impulsionou a construção de estradas de ferro integrando e ampliando o mercado

---

[3] Sérgio Buarque de Holanda. "A Herança Colonial", in **História Geral da Civilização Brasileira**, p. 9.

interno e com a renda oriunda da exportação do produto custeou importação de insumos e bens de capital.

Da oligarquia cafeeira, detentora do capital acumulado com sua exportação, e da combinação dos fatores expostos acima surgiu de seu seio um núcleo industrial. "Antes de existir como empresário industrial, o capitalista brasileiro já existia, nesta mesma qualidade de capitalista, como comerciante, como plantador ou como financista, e como tal capitalista, criava condições para a implantação do regime capitalista de produção industrial"[4].

A historiografia econômica acentuou de modo marcante a contribuição do capital cafeeiro para o processo de industrialização do Brasil. Este quadro no entanto nos leva a refletir que isso pode ser relativizado em função do fato de que desde o início do século, através do Convênio de Taubaté assinado em 1906, o Estado vinha garantindo e defendendo a produção do café.

O livro de Delfim Neto, **O problema do Café no Brasil**, reflete dois elementos de nossa história econômica, reforçando a prevalência da abordagem através de ciclos presente em nossa historiografia, e, ao periodizar o ciclo do café refletiu outro condicionamento de nossa história econômica dependente da presença do Estado para materializar-se[5].

As inversões de capital do Estado no setor cafeeiro visavam sustentar o preço deste produto no mercado mundial. A existência de um cenário internacional de disputa de mercado e de crise não estimularam os grandes fazendeiros de café a investirem na elevação da produtividade de seu produto. Além do mais este capital que o Estado cedeu aos cafeicultores subsidiou a ação deles no processo de industrialização.

---

[4] Fernando Henrique Cardoso. "Condições sociais da industrialização de São Paulo", *RB* 28:34.

[5] cf. Antônio Delfim Neto. **O Problema do Café no Brasil**. cap. 1 "O mercado cafeeiro sem a intervenção estatal" cap. 2 "O mercado cafeeiro com a intervenção: defesa episódica" e cap. 3 "O mercado cafeeiro com a intervenção: defesa permanente".

Thomas Holloway ao estudar o Convênio de Taubaté, referiu-se a presença do Estado no setor cafeeiro a "(...) conclusão das operações da valorização representaram uma solução cheia de êxitos para as manifestações superficiais da crise na indústria do café, mas, este mesmo sucesso, permitiu que os problemas mais fundamentais continuassem sem ser resolvidos"[6].

A produtividade da agricultura brasileira era muito baixa. Esta condição acabou por expor com mais intensidade as contradições do campo brasileiro como podemos ver no exemplo do café, que historicamente cumpriu um papel de importância na economia brasileira.

Em 1929 o Brasil respondia por 77,7% da produção mundial de café, São Paulo respondia por 67% da produção nacional e por 52,3% da produção mundial[7]. Através destes dados ficou fácil reconhecer a importância da lavoura do café para a economia brasileira.

A análise de dados sobre a produtividade da lavoura cafeeira paulista evoluiu da seguinte forma: em 1929 por mil cafeeiros foram colhidos 70,87 arrobas, em 1933 59,98 arrobas. Neste último ano São Paulo continuava representando 50% da produção mundial. Em 1956 a produtividade por mil cafeeiros foi de apenas 16 arrobas[8]. Como conseqüência São Paulo e Brasil perderam posição no mercado mundial.

Essa condição da lavoura cafeeira pode ser generalizada para as demais lavouras, exemplificando uma crítica recorrente dos colaboradores da *RB*, de que os proprietários rurais brasileiros compunham um setor atrasado e reacionário no cenário político nacional.

A disponibilidade de terra aliada a tradição de grilagem das mesmas fizeram do proprietário rural brasileiro um capitalista de horizontes limitados.

---

[6] Thomas Holloway. **Vida e Morte do Convênio de Taubaté**, p. 100.

[7] Gomes, Alfredo. O problema da produtividade em cafeicultura", *RB* 8: 123-140.

[8] idem . ibidem.

O controle político que este setor acumulou ao longo dos anos e sua associação ao nascente setor industrial brasileiro garantiram-lhe margens de manobra, que o auxiliaram a manter a posse de crescentes extensões de terra improdutivas e\ou afastadas da produção e da disputa por posições no mercado mundial.

O resultado deste processo foi um desajuste da agricultura brasileira: no período de 1939-57 a taxa anual de crescimento geral da economia brasileira foi de 5%. Por setor foi a seguinte: indústria 7,6%, serviços 4,9% e por último a agricultura com um crescimento anual de 2,7%.

Os efeitos deste desajuste foram sentidos não somente pelos trabalhadores rurais mas pelo conjunto da economia. Dado que a produção agrícola não respondeu de imediato a um salto na demanda, ao contrário do setor de bens manufaturados, levando as cidades a viverem dificuldades de abastecimento.

A inflação foi um dos resultados mais imediato da baixa produtividade da agricultura brasileira[9]. Neste contexto poderia caber às classes urbanas formar uma aliança estratégica de combate aos setores politicamente dominantes do campo, para alterar as estruturas da sociedade brasileira. Esta proposta de aliança dos setores urbanos, em tese, incorporaria desde o proletariado fabril até o patronato.

Como vimos, essa era a estratégia pensada pelos colaboradores da revista e pelos nacionalistas de esquerda como o PCB, PTB e PSB. Não havia ainda no pensamento econômico capitalista a denominação de países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Somente após 1945, junto ao processo de discussão e formação da ONU, foi que o mundo capitalista elaborou esta divisão geopolítica, para melhor definir sua atuação frente a estes países.

Fóruns internacionais de orientação econômica não existiam. A explicação para este fenômeno é de ordem política, pois a partilha do mundo em esferas de

---

[9] Vale lembrar que para J. M. C. de Mello em seu livro **Capitalismo Tardio** a: " Tendência de aumento dos preços agrícolas não inibiu a acumulação industrial (...)" p. 114.

influência obrigou a consolidação de organismos internacionais. O discurso ideológico do imperialismo apresentou a política de cooperação internacional como forma de auxiliar os países encaixados nas denominações de, em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Apesar desta divisão, o domínio não foi absoluto, pois vários movimentos sociais ganharam impulso com o final da guerra. O maior exemplo foi a revolução chinesa, conduzida contra os interesses da URSS e dos EUA.

Ao publicar artigos tratando da economia brasileira desde o período colonial até as vésperas do golpe de 1964, os editores da *RB* revelaram sua preocupação em abordar estruturalmente a evolução econômica do país.

O projeto nacionalista da revista fez com que apenas timidamente fosse superada a visão de que a Independência tivesse significado a afirmação de uma soberania nacional sob a direção de uma classe política autônoma e detentora de um projeto político próprio.

A configuração deste processo, tanto no Brasil como nos demais países latino-americanos, apenas representou a vontade política e econômica das elites dirigentes nativas de vinculação direta aos interesses britânicos, sem a necessária intermediação metropolitana que o estatuto colonial exigia.

Em troca, as classes dirigentes latino-americanas obtiveram uma irrisória elevação de seus ganhos. Nasceram subordinadas aos interesses alienígenas, para utilizar uma palavra constante no vocabulário da revista. O grau de subordinação destas classes dirigentes oriundas do processo independentista é genético[10] por serem gestadas e empossadas ao poder sob as determinações e interesses britânicos.

Não havendo projeto político próprio, as mudanças estruturais decorrentes da afirmação soberana de uma nova classe dirigente ficaram à deriva e a estrutura colonial permaneceu intacta. Ainda no contexto do século XIX as tentativas de consolidar atividades manufatureiras não vingaram.

---

[10] cf. Foot e Leonardi. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**, em particular o capítulo 5 "Características da Burguesia no Brasil" pp. 91-108.

Ligado política e financeiramente à velha oligarquia, este núcleo industrial, derivado do setor cafeeiro, passou a ser denominado de Burguesia Nacional. Não somente pela revista mas por toda a sociologia latino-americana. Na rigorosa conceituação marxista, não aceitaríamos esta denominação por não existir nos países semi-coloniais uma burguesia nacional industrializante, mas sim uma burguesia residente. No entanto, seguiremos utilizando esta denominação para estabelecer correspondência com a *RB*.

Encarando a industrialização como um passo no sentido de conquistar a soberania nacional, a revista enxergava neste setor social da classe capitalista brasileira uma certa disposição de romper com o passado semi-colonial, reforçando "(...) em nós a certeza duma próxima vitória sobre os restos de feudalismo e colonialismo, geradores do atraso e da miséria em que temos vivido"[11].

Acreditava que este setor teria coragem suficiente para impulsionar uma luta política pela independência das nações imperialistas, ou seja, concebia que o setor vinculado à indústria nacional seria capaz de desenvolver um combate antiimperialista. Havia entre os escritores da revista um otimismo na "(..) prosperidade da burguesia nacional(...)"[12].

Esse clima de euforia presente entre os autores deveu-se ao fato de que os investimentos econômicos industrializantes realizados em anos precedentes começavam a mudar a caracterização de país agrário do Brasil, justamente um ano após o início da publicação da *Revista Brasiliense*: "(...) em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura (...)"[13].

Muitos dos colaboradores dela estavam conscientes que a burguesia nacional poderia vacilar nos momentos mais decisivos, pois já tinham realizado uma experiência política com eles e notado que oscilavam na condução prática de seus

---

[11] Heitor Ferreira Lima. "Balanço da industrialização brasileira", *RB* 3:131.
[12] Elias Chaves Neto. "O problema da energia elétrica", *RB* 3:79.
[13] Francisco de Oliveira. **A Economia Brasileira**: crítica à razão dualista", p.14.

interesses. Acreditavam que fortalecendo este setor da burguesia com apoio popular as reformas sociais seriam realizadas.

A contradição não se colocava entre capital e trabalho, mas entre burguesia nacional e imperialismo. Na prática isto significou duas coisas, primeiro a renúncia à luta pelo socialismo, visto que a contradição básica não se daria, pelo menos temporariamente entre capital e trabalho, mas no confronto entre a burguesia nacional versus imperialismo. A segunda implicação foi desconhecer a solidariedade de classe da burguesia como classe proprietária.

A proposição da burguesia nacional contra o imperialismo, ou seja, a arena de enfrentamento de ambos, eram as formas de penetração do capital externo, se através de investimentos diretos ou indiretos ou se empréstimo/financiamento via empresas ou agências de cooperação internacional.

" Há uma diferença fundamental entre empréstimo de governo para governo e investimentos privados. Em linhas gerais é que no primeiro caso os bens adquiridos integram-se de imediato na economia nacional, passando a pertencer de fato e de direito à nação (...)"[14].

Isto para que se definisse um ponto de divergência entre os nacionalistas e o imperialismo na questão do capital estrangeiro: financiamento e ampliação do nosso parque industrial ou financiamento de mercadorias estrangeiras.

A denominada burguesia nacional defendia o capital estrangeiro somente para ampliação do parque industrial enquanto os investidores estrangeiros preferiam financiar a importação de seus próprios produtos.

Este era o limite da luta antiimperialista. A *RB* posicionou-se nesta luta a favor da burguesia nacional e sua vinculação aos ideais marxistas foi apenas terminológica, pois ao apoiar um setor da classe proprietária rompeu a fronteira de classe do marxismo.

---

[14] Hilton Diniz. A 'Aliança para o Progresso' e a realidade nacional", *RB* 42: 37-48.

A exploração capitalista não tem a sua natureza alterada se advém do capital nacional ou estrangeiro, visto que a essência capitalista permanece a mesma, que é extrair da força de trabalho o seu lucro.

Os colaboradores da revista exploraram ideologicamente esta questão estabelecendo como contradição principal da luta política no país o combate entre entreguistas e nacionalistas. Entreguistas eram aquelas que defendiam a entrada aberta de capital estrangeiro e o favoreciam ao não estabelecer na legislação brasileira mecanismos de salvaguarda da indústria nacional.

Enquanto os nacionalistas pautavam-se por dois princípios básicos: o primeiro, o favorecimento creditício e prioridade à indústria nacional; e segundo a criação de monopólios nacionais nos ramos básicos e essenciais da economia como, por exemplo, eletricidade, transportes, química pesada e outros, além dos serviços públicos[15].

Estas proposições do setor nacionalista não significavam exclusão do capital forâneo. "O país precisa, não há dúvida, de capitais estrangeiros. Mas não de quaisquer capitais, e sim sobretudo daqueles necessários ao financiamento da importação de equipamentos industriais que não produzimos ainda, e que são necessários para a industrialização do país (...)"[16].

Após a Segunda Guerra a política do imperialismo conheceu uma variação, pois o que marcou a história econômica do período foi o acentuado processo de crescimento industrial, impulsionado pelo transplante de plantas industriais.

"Esse novo curso na estrutura da economia mundial representaria, finalmente, uma tendência no sentido de uma industrialização sistemática do Terceiro Mundo, uma universalização do modo de produção capitalista e a eventual homogeneização

---

[15] apud. Zacarias Carvalho "Capitais estrangeiros no Brasil", *RB* 12:28-31 e Sérgio Magalhães. "A empresa privada brasileira como figura central do processo econômico e político", *RB* 24:24.

[16] Caio Prado Jr. "A remessa de lucros e a libertação econômica do Brasil", ***RB*** 39:7.

da economia mundial? De maneira alguma. Significa, simplesmente, uma mudança nas formas de justaposição do desenvolvimento e do subdesenvolvimento"[17].

A concretização desse passo no campo econômico serviu de base material para que o movimento nacionalista de esquerda acreditasse no início de uma arrancada industrializante. "Observe-se ainda que daqueles quinze anos, um quinquênio (1955/1960) destacou-se por uma alteração fundamental: o crescimento mais rápido das indústrias de bens de capital, cujo produto real aumentou de 220%"[18]. Na barganha de apoio político e militar aos Aliados, durante a Segunda Guerra, o governo brasileiro obteve algumas concessões, que possibilitaram uma "decolagem" industrializante, como a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda.

A história de constituição da Companhia Vale do Rio Doce é menos conhecida, mas tão significativa quanto a da CSN. A CVRD surgiu em 1942, para satisfazer a demanda de minérios para uso da indústria bélica e a partir do fato da Inglaterra, impossibilitada de assumir para si este empreendimento, estimular o governo brasileiro a realizar os investimentos necessários.

"(...) o governo britânico declarava que os seus súditos abriam mão dos direitos de exportação de minério desde que o Brasil abastecesse as siderúrgicas bélicas inglesa e americana. O governo brasileiro adotou então a solução nacional para o problema nacional, criando a Companhia Vale do Rio Doce (...)"[19].

Estes dois casos exemplificam quer tanto a CSN como a CVRD, apresentadas pelos nacionalistas como símbolos da nação, pouco representavam do ponto de vista da afirmação de uma soberania nacional.

O pós-Segunda Guerra obrigou o pensamento econômico vigente a uma reciclagem, em função da necessidade de pôr em curso o processo de reconstrução da Europa e Japão. Para tal tentou estabelecer uma situação de relativa estabilidade

---

[17] Ernest Mandel. **O Capitalismo Tardio**. p. 45.
[18] Mário Pedrosa. **A Opção Brasileira**. p. 49.
[19] José Nilo Tavares. "A exportação do minério de ferro e as atividades da Hanna no Brasil", *RB* 39:65.

social, financeira e, principalmente no campo econômico, elevar os índices de atividade, a fim de garantir emprego ao maior número possível de trabalhadores e o instrumento utilizado para a consecução desta política foi o Estado.

Em todo o mundo capitalista, o Estado assumiu um papel empresarial, pois intervencionista sempre o fora, ora como inversor, ora como regulador/desregulador do mercado. "Este 'mercado livre', abstrato, em que o Estado não interfere, tomado de empréstimo da ideologia do liberalismo econômico, certamente não é um mercado capitalista, pois precisamente, o papel do Estado é 'institucionalizar' as regras do jogo (...)"[20].

Nos denominados países subdesenvolvidos, tal política teve cunho mais acentuado, dado que o parque industrial instalado em seus territórios era muito pequeno e insuficiente para possibilitar a confecção de bens de consumo de maior valor agregado e mais avançados tecnologicamente.

Para o Brasil, basta verificar que nos dez anos entre 1945 e 1955 o Estado que era pouco expressivo no campo da siderurgia, passou a participar com 60%. Para o mesmo período, no referente a minério de ferro, realizava a mineração de 17,8% e passou para 71%, exportava 33,8% e passou a exportar 89,6% da produção nacional[21]

A ampliação da presença do Estado foi uma das orientações políticas defendidas nos artigos da *RB*, a questão da energia elétrica e o combate pela sua nacionalização foi motivo de inúmeros artigos[22]. Neles encontramos como argumentos centrais: que o setor era estratégico para a nação, que os controladores não estavam interessados em realizar investimentos e que o Estado deveria subsidiar

---

[20] Francisco de Oliveira. **A Economia Brasileira**: crítica à razão dualista" p. 16.

[21] apud. Paulo de Almeida Rodrigues. "As empresas industriais de economia mista". *RB* 13:10-35.

[22] cf a série de artigos de Catulo Branco "Enégia elétrica e bem-estar-social", publicados nos números 32, 33, 34 e 35, de Elias Chaves Neto. "A encampação da Light" no nº 8 e "A encampaçaõ da companhia de energia elétrica riograndense" no nº 23 e de Paulo F. Alves Pinto o artigo "Aspectos da penetração imperialista no Brasil. The Brazilian Traction Light and Power", publicado no nº 5 da *RB*.

a produção de energia diminuindo os custos de produção. Era a defesa da subvenção do capital privado.

"Exemplos indiretos são o fornecimento de matérias primas baratas mediante a nacionalização das industrias particulares que as produzem, subvencionando assim, de forma dissimulada, o setor privado. O capital estatal funciona portanto como um esteio do capital privado (e em particular, do capital monopolista). (...) a nacionalização da industria de eletricidade trabalha para os interesses dos monopólios ao garantir fornecimento de energia aos grandes consumidores industriais a preços mais baixos"[23].

O projeto de industrialização melhor esboçado da burguesia nacional, foi o *Plano de Metas*, provando a vontade da burguesia em subsidiar o capital privado ao privilegiar a energia elétrica, transportes, alimentação, industria pesada e educação. Esse plano revelou a intenção da burguesia nacional em dotar os país dos atributos infra-estruturais do capitalismo industrial, com o objetivo de criar/ampliar um mercado interno, o que no caso acabou favorecendo os grandes monopólios.

O tom dos artigos publicados na revista, não só elogiavam esta política como chamavam pelo apoio popular. No entanto, nem toda ação política obteve apoio direto dos nacionalistas. Através de outros mecanismos, como incentivos e isenções fiscais, o Estado passou a estimular e financiar a instalação de multinacionais no país e este foi o ponto de maior crítica dos colaboradores aos governos que se sucederam ao longo do período de sua publicação.

A mais famosa medida de incentivo ao capital estrangeiro foi a Instrução 113 da Sumoc, de 17 de janeiro de 1955, adotada pelo governo Café Filho que favoreceu as multinacionais ao desobrigá-las de cobertura cambial para a importação de máquinas[24]. Porém, foi Juscelino Kubitschek que se aproveitou amplamente dessa medida.

---

[23] Ernest Mandel. **O Capitalismo Tardio**". p. 340.

[24] cf. Heitor Ferreira Lima. "Instrução 113 e royalties", *RB* 16:8-21.

"Desse modo, a Instrução 113 facilitou a entrada no Brasil de máquinas e equipamentos velhos, obsoletos, valorizados, porém, como se novos fossem, sem considerar as depreciações. (...) Entre 1955 e 1962, o Brasil recebeu, como investimento direto em divisas, bens de capital usados e obsoletos no valor de US$ 511,2 milhões, a maior parte procedente dos Estados Unidos e da República Federal da Alemanha, isentando-os de taxas alfandegárias, de impostos federais e outros e concedendo câmbio especial às remessas de lucros que as empresas estrangeiras fariam para as matrizes no exterior"[25] .

Através desta vantagem o capital estrangeiro ampliou sua presença no país instalando plantas industriais. Cabe, observar que essas máquinas chegadas a partir do final da década de 40, já haviam sido utilizadas no processo produtivo de seu país de origem, ou seja, boa parte do parque industrial instalado no Brasil e América Latina foi composto de tecnologia obsoleta. "Já para o fim da década de 40 e início da de 50, para cá começaram a afluir máquinas e capitais em abundância , aquelas já em boa parte consumidas no processo produtivo nos países de origem"[26]

Isto foi possível em função do baixo custo da mão-de-obra no continente latino-americano, permitindo uma condição de sobrevivência econômica de empresas com índices de produtividade muito abaixo dos padrões internacionais e da velocidade de amortização do capital investido, quando de fato havia investimento.

O ramo industrial mais beneficiado com essa situação foi o setor automobilístico, tanto no que respeita à Instrução 113, como na adoção extensiva de mão-de-obra.

O favorecimento à indústria automobilística data da década de 20, que deu início à instalação da infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento. "Assim, a partir da década de 20, mais ou menos, quando a influência norte-americana começou a preponderar entre nós, teve início a instalação das primeiras empresas

---

[25] Moniz Bandeira. **Cartéis e Desnacionalização**. pp. 10-11.

[26] José Carlos Pereira. "Considerações sobre a formação da grande empresa industrial em SP", *RB* 47:42-60.

montadoras de automóveis, de origem norte-americana. Surgiu nessa época, então, o famoso slogan de que 'governar é abrir estradas`. E de fato, data daí o incremento da construção rodoviária do País"[27].

A análise desse setor industrial, também, possibilita entender o caráter de expediente ocasional da industrialização brasileira[28]. A própria instalação de plantas da industria automobilística de diversas nacionalidades fez parte de uma disputa interimperialista. "Não fosse a concorrência da Wolkswagen e da Mercedes-Bens, a investirem, desde 1953, em projetos para a fabricação (não apenas montagem) de automóveis e caminhões no Brasil, a Ford e a General-Motors provavelmente nunca a fariam, pois pretendiam conservar o mercado para as suas exportações, a partir dos EUA"[29].

Outros setores aqui se instalaram e com o concurso do próprio governo se estruturaram em monopólios, como o farmacêutico.

Sendo o Brasil da época o sétimo maior mercado para a indústria farmacêutica, o capital estrangeiro não demorou muito para tomar conta do mercado, através de associação com laboratórios nacionais ou, na maioria dos casos, comprando-os diretamente. Em poucos anos a indústria químico-farmacêutica de origem nacional foi desaparecendo, à medida que surgia um grande monopólio neste ramo industrial, inteiramente hegemonizado pelo capital estrangeiro. A velocidade deste processo assustou tanto as autoridades do país que uma comissão de inquérito foi formada no governo Jânio Quadros para verificar os fatos[30].

Data também da conjuntura de Segunda Guerra e de seu período posterior o domínio que os frigoríficos estrangeiros estabeleceram na pecuária brasileira, influenciando desde o produtor rural até a comercialização do produto final[31].

---

[27] Heitor Ferreira Lima. "Marinha mercante e construçaõ naval", *RB* 33: 10-11.
[28] cf. Caio Prado Jr. "A crise em marcha", *RB* 6: 3-45.
[29] Moniz Bandeira. **O Milagre Alemão e o Desenvolvimento do Brasil**. p. 216.
[30] cf. J. M. Taques Bittencourt "Domínio da indústria farmacêutica pelo capital estrangeiro", *RB* 35:13-25, e Mário Victor de Assis Pacheco. "Desnacionalização da indústria farmaceutica", *RB* 41:12-49.
[31] cf. Alcindo da Cunha Xavier. "Frigoríficos estrangeiros e falta de carne", *RB* 26:9-20 e Otto Alcides Ohlweiller. "Sobre o processo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul", *RB* 20:48-66.

Na maioria dos ramos industriais verificou-se a constituição de monopólios sob controle do capital estrangeiro. A revista denunciou com veemência este processo. Como decorrência do crescimento industrial os colaboradores da revista debateram a questão da remessa de divisas do país e dois elementos foram considerados. O primeiro deles diz respeito ao fato dos investimentos realizados pelo Estado como empresário não terem sido concessão gratuita do imperialismo, mas efetivaram-se através do endividamento externo. Em segundo lugar, a instalação de indústrias estrangeiras no país criou um permanente problema de remessa de lucros.

Uma vez combinados estes dois elementos só faltava nomear o tipo de problema introduzido, crise cambial. O capital estrangeiro aqui instalado amortizava 20% ao ano de seus investimentos e com cinco anos todo o investimento estava pago e a partir daí era só lucro[32]. Os juros internacionais sob controle das agências de cooperação dos países imperialistas fizeram com que a dívida externa crescesse numa constante. O balanço de pagamentos passou a ser um problema crônico da economia brasileira.

Tentativas foram desenvolvidas pela bancada nacionalista no Congresso Nacional visando disciplinar a remessa de lucros das empresas estrangeiras, todas em vão. A saída encontrada pelo governo brasileiro foi desvalorizar a moeda ou através de privilégios fiscais, "subsidiar" a transferência de lucro via cotações cambiais diferenciadas como as Instruções 166, 167 e 204 o comprovam[33]. Passamos a sofrer uma sangria de recursos.

O processo de crescimento industrial, notado pela *RB*, esteve dissociado da formação de uma mercado interno capaz de sustentar uma impulsão econômica de maior fôlego. O resultado foi duplamente concentrador: concentrou a renda nacional

---

[32] cf. artigos de Caio Prado Jr. "Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros", *RB* 2:80-93, "O projeto de lei de remessa de lucros", *RB* 41:1-11.

[33] cf. Caio Prado Jr. "A Instrução 204 e a política econômica brasileira", *RB* 35:1-12.

na mão de uma minoria e concentrou os encargos deste processo nas costas da maioria da população.

Os problemas estruturais diagnosticados na evolução da economia brasileira não foram alterados e a situação para a maioria da classe trabalhadora continuou sendo a de exploração.

O horizonte político que os colaboradores da *RB* apontavam, de conquista da soberania nacional via industrialização, aos poucos foi se inviabilizando porque o movimento real da economia fez crescer a dependência com o capital e tecnologia estrangeiros em função da expansão dos monopólios.

A permanente denúncia das multinacionais formando monopólios apresentaram resultado inexpressivo. Constatou-se que em 1964 o Brasil estava mais integrado à divisão internacional do trabalho, embora esta integração trouxesse como conseqüência uma maior dependência do mercado mundial.

Esta última afirmação pode a princípio parecer contraditória. Porém, se observarmos que as inversões realizadas em nenhum momento destinaram recursos para a pesquisa e desenvolvimento, verificar-se-á com facilidade o crescimento qualitativo e quantitativo da dependência de importação de bens de capital.

Na visão do nacionalismo de esquerda a conquista de nossa soberania destruiria as amarras que impediam o crescimento e expansão das forças produtivas. Esta ação de ruptura não foi promovida pelo setor visto como representante da burguesia nacional.

O crescimento industrializante do país esteve acompanhado de um processo de aumento do proletariado e embutido ao crescimento combinado desses dois fatores, verificamos que uma agudização das contradições sociais colocou a sociedade brasileira em ebulição, para não dizer em um impasse, dado a produção ter assumido cada vez mais um caráter social e sua apropriação ter sido cada vez mais privada.

A promoção do mercado capitalista desenvolveu-se sob a base de uma maior exploração e opressão capitalista. O movimento operário, agitado em luta por suas reivindicações, expôs cruamente as contradições para a realização da acumulação capitalista advindas do processo industrializante brasileiro. A intensidade chegou ao ponto de fazer Francisco de Oliveira afirmar que: "(...) a inversão cai não porque não pudesse realizar-se economicamente mas sim porque não poderia realizar-se institucionalmente"[34].

Em outras palavras, o autor citado, reconheceu que as contradições capitalistas vividas no Brasil chegaram ao ponto de colocar a necessidade de uma transformação radical da sociedade, dito talvez de modo não explícito, porque o texto foi publicado pela primeira vez sob a vigência da ditadura militar, solução encontrada pela burguesia nacional para resolver o impasse institucional do país.

[34] Francisco de Oliveira. **A Economia Brasileira**: crítica à razão dualista" p. 63.

3.4 O mundo das artes

A tentativa de formar uma consciência nacional, para os colaboradores da revista não poderia ficar restrita aos limites da política nacionalista, da questão agrária etc., a *RB* não poderia excluir as artes.

Em seus 51 números a revista trouxe várias contribuições nesse campo. A seção de livros foi a mais constante, assinadas na maioria das vezes por Paulo Dantas. Ao longo dos seus nove anos de existência surgiram outras seções como crítica cinematográfica, teatral, musical, todas elas sem regularidade.

Além das seções, que ocupavam as últimas páginas de cada exemplar da revista, foram publicados artigos que discutiam as artes de modo mais profundo.

Em diversos momentos frisamos que os colaboradores da *RB* identificavam-se com as posições do movimento comunista oficial, o que traria implícito que a idéia de arte seria o realismo socialista, em função da experiência soviética ter criado uma concepção de estética proletária.

No entanto, cabe destacar que as contribuições sobre arte na revista fugiram do cânone realismo socialista. Esse fenômeno não configurou um ato de oposição à orientação política seguida pela esquerda comunista.

A partir da segunda metade da década de 30 a orientação política dos partidos comunistas sofreu uma mudança radical. Até o momento, a política dos PC's, seguindo a orientação da III Internacional era a de impulsionar a revolução socialista em todas as partes do mundo, pois a situação era favorável à tomada do poder pelo

proletariado. No Brasil esta política encontrou expressão na Intentona Comunista de 1935.

Na condução da política de tomar o poder pelas próprias mãos, a orientação da Internacional Comunista considerava que todas as demais forças de esquerda que não eram do PC estavam contra o proletariado. A conseqüência disso foi a exclusão de alianças com as forças progressistas.

A caracterização de que o momento era revolucionário, portanto de tomada do poder, mostrou-se equivocada pelos fatos. A realidade dos anos 30 foi de contra-revolução, com a ascensão de regimes totalitários em inúmeros países do mundo, incluindo o Brasil.

Em função da derrota das forças progressistas ao longo da década de 30 em vários países, a orientação da Internacional Comunista mudou e seus dirigentes passaram a privilegiar o combate aos regimes totalitários propondo alianças com os setores que defendiam a democracia.

Os PC's passaram a privilegiar alianças com as burguesias locais e essa nova orientação ideológica refletiu-se no campo das artes.

O cânone do realismo socialista foi diluído e a arte, para os comunistas, passou a valorizar os elementos nacionais. Essa orientação respeitava o novo dogma político dos PC's, de dividir, nos países semicoloniais, as burguesias nacionais em dois setores, o urbano progressista e o latifundiário reacionário e estabelecer alianças programáticas com a ala reformista da burguesia.

Obviamente que todo esse excurso coloca a questão da autonomia da estética. Uma resposta a essa pergunta foge aos propósitos desse trabalho, no entanto o fato de que as esquerdas tenham se afastado do realismo socialista encontra sua explicação na política de alianças com a burguesia nacional.

Isso não significa que o caldo de cultura do realismo socialista tenha desaparecido por completo. Para os comunistas e seus simpatizantes, a presença da ideologia socialista e da classe operária continuaram sendo centrais, porém a eles

deveria ser acrescido novas personagens, o burguês progressista e os elementos de cultura autóctones.

Os colaboradores da *RB* não fugiram a esse contexto. Para eles a arte deveria apresentar essa mescla da ideologia socialista com o germe da nacionalidade. Mesmo porque ao herói militante do realismo socialista poderíamos acrescentar um novo herói adaptado aos países semicoloniais, o burguês em ascensão. "Todas as personagens de uma classe em ascensão (e teria de ser operário ou, no mínimo, trabalhador rural essa personagem, inclusive no Brasil em que a burguesia é também uma classe em ascensão, tentando e se libertando da dominação imperialista) (...)"[1].

Isto ocorreu em função da política de união nacional que, ao postular uma unidade entre os setores progressistas da burguesia e os trabalhadores, diluía os diferenciais de classe e passava a exaltar os elementos constitutivos da nação.

A nação significava uma comunhão de interesses que deveriam ser sobrepostos aos interesses de classes. No campo das artes isso significava a afirmação de um perfil próprio e independente.

Na política a revista combatia o imperialismo através da luta contra os EUA, no campo artístico a afirmação da cultura nacional vai se dar *pari-passu* à política.

A categoria imperialismo não foi desconsiderada. "O imperialismo norte-americano, com sua máquina de pressão, corrupção e propaganda, prega por toda parte, para os povos coloniais ou dependentes como o nosso, o mais insidioso cosmopolitismo, isto é o niilismo nacional, a renúncia à soberania e à consciência nacional"[2].

A política para os colaboradores da publicação era de união nacional e como ao mesmo tempo eles absorveram em sua maioria uma terminologia marxista caberia à produção artística radicar-se na situação histórica concreta, aprofundando a visão

---

[1] Ibiapaba Martins. "O realismo socialista". *RB* 8: 89-90.
[2] Octávio Brandão. "Literatura sem ideologia?". *RB* 28: 83.

de que o espírito nacional deve nortear a produção artística ao estabelecerem que a "(...) arte tem de ser nacional, para ser humana"[3].

Isso implicou em uma ambigüidade conteudística. A obra de arte apresentava ao mesmo tempo aspirações políticas de união das forças nacionais e as contradições capitalistas de fome, miséria e exploração. O combate pela unidade nacional deixava de lado uma interpretação social em termos de luta de classes.

A influência do dogma do realismo socialista manifestou-se, quando na obra de arte foi proposto que estivesse refletida uma maior preocupação com a ação do que com a palavra, ou seja, não cabia uma arte contemplativa[4], muito menos individualista, pois o indivíduo era uma: "(...) entidade abstrata, suposta unidade, centro imaginário de um pequeno mundo fechado, sede ideal de direitos e deveres não menos ideais"[5].

Neste contexto, a arte só poderia ser uma manifestação do que Marx denominou de superestrutura ideológica, "(...) a arte é produto da sociedade, a arte espelha uma maneira de pensar, valores religiosos ou sociais coletivos e os propaga e defende (...)"[6].

Essa maneira de pensar em defesa da nação disseminou nos colaboradores da revista um certo provincianismo, ao estabelecer uma contradição entre cultura universal da humanidade e as diversas culturas nacionais. O contraponto dessa visão foi colocado por Afrânio Coutinho: "Nada mais equívoco do que construir uma teoria nacionalista sobre os alicerces da ignorância e a partir da ruptura dos laços culturais com a tradição ocidental"[7].

As colocações de Coutinho não serviram para mudar a corrente de opinião majoritária no interior da publicação, como pode ser constatado as discussões em torno às artes plásticas.

---

[3] David Jardin Jr. "O vencedor da morte". *RB* 4: 89.
[4] cf. Fernando Pedreira. "Relações entre forma e conteúdo em arte". *RB* 6: 69-75.
[5] E. Carrera Guerra. "Sob o signo de Byron". *RB* 6: 132-141.
[6] Sérgio Milliet. "A propósito da III Bienal de São Paulo". *RB* 2: 6.
[7] Afrânio Coutinho. "A literatura brasileira e a idéia nacional". *RB* 17: 118.

Para a história da arte foi um marco o início das Bienais, a partir de 1951. A realização a cada biênio de uma grande exposição de artes plásticas, contando inclusive com a participação viva de muitos artistas estrangeiros, rompeu nosso isolamento, colocando-nos na rota internacional das artes.

As Bienais foram objeto de muitas críticas pelos defensores de uma arte de inspiração nacional. Alfredo Galliano no artigo "Considerações em torno da Bienal" sintetizou essas críticas. "Um dos maiores ataques que têm sofrido injustamente as bienais paulistas, refere-se especificamente ao contacto da arte nacional com a arte de outros povos. Segundo estes crítico, o contacto entre as artes impregna de cosmopolitismo as diretivas orientadoras da criação artística nacional. Apregoam que as artes plásticas brasileiras estão-se separando das suas raízes tradicionais de figurativismo e caindo no labirinto estéril de manifestações confusas, onde o intuito material (a venda da obra de arte) suplanta o espiritual (a criação artístico-cultural)"[8].

Se esse artigo representa uma defesa das Bienais, não pode ser considerado como o mais significativo da política que a revista apresentava para as artes plásticas. A grande preocupação caminhou para uma pesquisa a fim de encontrar a "feição nacional da forma"[9].

A permanente busca por uma expressão nacionalista da arte fez com que paralelamente as manifestações de vanguardas não fossem incorporadas, rejeitando-se a dimensão emancipatória da arte. "Que nos mostra a III Bienal, se não a anarquia do mundo moderno, se não a luta travada entre figurativistas e não figurativistas, entre realistas e não realistas, interrogação"[10].

Posteriormente Gerson Knispel diagnosticou uma crise nas artes plásticas, em função da ausência de uma espírito nacional: "A alternativa atual para a crise das artes plásticas brasileiras, seria a descoberta de uma linguagem popular nacional.

---

[8] Alfredo Galliano. "Considerações em torno da Bienal". *RB* 14: 70.
[9] cf. Edgard Graeff. "Três categorias artísticas na arquitetura". *RB* 9: 95.
[10] Sérgio Milliet. "A propósito da III Bienal de São Paulo". *RB* 2: 8.

Aqueles que procuram essa solução precisam buscar nos valores do povo as raízes dessas manifestações, mergulhar em sua vida . Isso significa a obrigação de um contacto orgânico junto à massa popular, camponeses, operários, funcionários, através de organizações que proporcionem essa experiência"[11] .

À arte cabia um papel importante na formação do cidadão, através do combate permanente por uma expressão nacional. A arte deveria operar como um agente de conscientização nacionalista.

A cultura estrangeira era um fator de alienação da realidade nacional. À arte cabia promover a aproximação dos agentes históricos com a cultura nacional. Construiu-se uma bipolaridade entre o nacionalismo versus o cosmopolitismo que esteve presente na história das artes no Brasil desde antes da Semana de Arte de 1922, mas depois dessa data com mais vigor.

"Da perspectiva em que venho alinhando a questão, acrescento que nacionalismo e cosmopolitismo combinam-se, aí, como duas forças de um mesmo processo de contenção: pelo primeiro, legitimava-se o interesse das elites em anular os vários desequilíbrios regionais, para diluí-los no projeto ideológico de um novo tempo de unidade nacional; pelo segundo, retomava-se o cacoete europeizante da burguesia ilustrada em ascenso, para impor às reformas um modo de ruptura que não chegava ao antagonismo" [12] .

Tal discurso ideológico, presente na historiografia da cultura brasileira expressa, visões diferenciadas no interior das elites. A presença na revista desses mesmos termos é coerente com que já foi afirmado acima: os interesses de classe do proletariado devem se subordinar à estratégia de colaboração com a burguesia nacional, resultando na defesa dos interesses dessa burguesia, consequentemente, em também defender sua visão de mundo expressa pelas artes.

---

[11] Gerson Knispel. "A busca da expressão popular nas artes plásticas brasileiras". *RB* 43: 105.
[12] Antônio Arnoni Prado. **1922 - Itinerário de uma Falsa Vanguarda**. p.9.

Os termos do debate para a área teatral foram os mesmos. "Sem uma dramaturgia nacional será impossível a formação de um teatro de características nacionais"[13]. A influência estrangeira, bancada pelo setor entreguista da burguesia, também foi combatida: "Enquanto que o teatro burguês brasileiro tem como maior preocupação a apresentação de uma estética alienígena que, por mais bonita e interessante que seja, não nos faz compreender melhor nosso povo, limitando assim seu público (...)[14].

A busca pela linguagem teatral nacional e proletária foi proposta mas também estava sob o manto ambíguo do humano: "(...) pois um teatro que procura ser nacional só pode ser um teatro que apóia o proletariado em luta por sua emancipação humana"[15].

No setor musical os propósitos foram os mesmos, "(...) lutar contra as infiltrações em nossa terra de uma música estranha que não corresponde nem ao nosso modo de vida nem à nossa sensibilidade"[16].

Maurice Capovilla que assinou em algumas ocasiões a seção de crítica cinematográfica, escreveu um artigo com o sugestivo título, "Um cinema entre a burguesia e o proletariado", no qual ao estabelecer a cultura como superestrutura, apontou como uma de suas conclusões: "(...) a mais importante de todas é que não pode haver cultura autêntica se não há condicionamento ao momento histórico e nesse sentido à situação econômica, social e política do país"[17].

Um pouco mais adiante, Capovilla julgou a competência ideológica de nosso cinema e seus realizadores: "(...) mas acontece que, mesmo para servir à burguesia progressista nacional, os cineastas precisam evoluir"[18].

---

[13] Gianfrancesco Guarnieri. "O teatro como expressão da realidade". *RB* 24: 121.
[14] Haroldo Santiago. " Teatro nacional popular". *RB* 26: 199.
[15] Haroldo Santiago. "Teatro e nacionalismo". *RB* 27: 189.
[16] Regis Duprat. "Música e nacionalismo". *RB* 28: 148.
[17] Maurice Capovilla. "Um cinema entre a burguesia e o proletariado". *RB* 43:191.
[18] Maurice Capovilla. "Um cinema entre a burguesia e o proletariado". *RB* 43:195.

Como podemos constatar, entre a burguesia e o proletariado, o meio termo ficou com a burguesia progressista, leia-se nacional. Mais uma vez ficou comprovado que para o nacionalismo de esquerda a arte era pensada a partir de categorias marxistas, porém o desdobramento de ordem política permaneceu localizado nas tarefas da revolução burguesa.

No campo da literatura houve valorização das obras que apresentassem críticas sociais em seu conteúdo. Diante desse intuito a discussão sobre a literatura nordestina correspondeu ao interesse sociológico que esta literatura apresentava. "O romance nordestino não tem somente sentido social; possui também o que se pode chamar um suporte sociológico"[19].

A nacionalidade em literatura para os colaboradores da revista deveria ser buscada na penetração ao interior em contraposição às elites litorâneas. Para eles as condições de vida do homem do nordeste fecundavam a inspiração literária, os escritores regionalistas, pois esse estilo pautou-se por "(...) apresentar os dramas nus e crus, sem alardear vontade alguma de disfarçá-los nos arranjos da técnica, nas elipses e nos planos dos cortes. É a luta social, a peleja de extrair da ação a expressão teórica, fazendo-a gravitar densa, plena, saudável"[20].

Ao longo de seus 51 números na área literária o assunto mais constante foi a da temática que girou em torno a Canudos.

Para João Cruz Costa, membro fundador e permanente do conselho de redação da revista, Euclides da Cunha em seu livro **Os Sertões**, lançara as bases de uma verdadeira alforria intelectual[21]. Considerou como epopéia das caatingas o livro, que introduzira o humanismo da sociologia brasileira[22], além de "(...) remontar à afirmação nacionalista que só agora começa a ser a nota fundamental da nova política brasileira. Compreendê-lo é entender que este nacionalismo só tem

---

[19] Cassiano Nunes. "Análise e problemática do romance nordestino". *RB* 14: 80.
[20] Roberto Simões. "Ficção nordestina: diretrizes sociais". *RB* 41: 172.
[21] cf. João Cruz Costa. "As transformações do pensamento brasileiro no século XX e o nacionalismo". *RB* 40: 56.
[22] cf. Paulo Dantas. "Euclides e as dimensões sertanejas" RB 19: 153.

sentido quando ligado aos interesses, prementes e iniludíveis do povo, do povo humilde do qual ele trouxe a mensagem que se encontra n' **Os Sertões**"[23].

A revalorização da literatura regionalista e da temática d' **Os Sertões** refletiu a visão, que os colaboradores da revista tinham, do condicionamento da arte em relação à infra-estrutura (base) da sociedade.

Edgard Graeff referindo-se a arquitetura radicalizou na tentativa de comprovar esse condicionamento: "A influência negativa do latifúndio sobre o desenvolvimento da nossa arquitetura é imediata e direta (...)"[24].

---

[23] João Cruz Costa. "Euclides da Cunha e os filósofos". RB 25: 110.
[24] Edgard Graeff. "Arquitetura - fenômeno social" RB 3: 24.

CONCLUSÃO

O pensamento nacionalista esboçado pelos colaboradores da *Revista Brasiliense* em seus nove anos de existência sempre acreditou que o desenvolvimento independente do Brasil era um problema de cunho governamental. E que, portanto, a conquista de um governo nacionalista poderia mudar os rumos do país. Esse tipo de governo poderia ser conquistado a partir da luta contra o imperialismo e seus aliados internos, os latifundiários.

O nacionalismo de esquerda concebeu a existência de uma burguesia nacional dividida em dois setores, o agrário reacionário vinculado ao latifúndio e ao monopólio agro-exportador, e o setor urbano industrial - progressista, interessado na expansão da produção e do mercado capitalista.

Os autores que escreveram na revista propunham uma aliança estratégica com o setor progressista da burguesia nacional. Essa estratégia incorporou a concepção etapista da história de realização da revolução burguesa nos países semi-coloniais.

Eles acreditavam que através dessa política poderiam emancipar a nação oprimida do jugo imperialista, desconhecendo o fato de que mesmo existindo maior ou menor industrialização, a barreira do atraso e da submissão ao capital financeiro metropolitano não poderiam ser quebrados como ato de vontade de um eventual governo nacionalista.

O desenvolvimento capitalista no Brasil e nos demais países latino-americanos sempre esteve determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas e mercados mundiais.

A crença na possibilidade de obter soberania nacional, rompendo as travas do imperialismo revelava uma subestimação dos vasos comunicantes da economia

mundial, que em um processo de determinações mútuas estabelece de modo desigual e combinado a interdependência entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Nessa justaposição de formas do capitalismo em nível internacional, vimos que a industrialização do Brasil se inseriu em um contexto que pôde ser caracterizado por Caio Prado Jr. como um expediente. "A indústria brasileira, em geral surgida e desenvolvendo-se por força de circunstâncias ocasionais derivadas de embaraços opostos às importações (seja por efeito das duas grandes guerras mundiais, seja em conseqüência de dificuldades cambiais), constituiu sempre no passado, e constitui ainda no presente em grande parte, fruto de expedientes ocasionais destinados a resolverem problemas prementes de abastecimento"[1] .

A industrialização do país, ao contrário do que imaginava o nacionalismo de esquerda propugnado pelos colaboradores da *RB*, não proporcionou a autonomização industrial, mas gerou maior dependência.

O parque fabril nacional foi formado com maquinário tecnologicamente obsoleto em seu país de origem. Da mesma forma, os grandes monopólios aqui instalados reaproveitaram suas máquinas, equipamentos de tecnologia atrasada para os padrões de produtividade dos países desenvolvidos.

Diante dessa realidade, o nacionalismo de esquerda apresentou resistência à presença econômica estrangeira no país, abstraindo que a problemática era de ordem social, do significado de domínio do capitalismo.

Os colaboradores da revista entendiam que a viabilidade de uma política que pusesse em marcha a industrialização do país e enfrentasse o capital estrangeiro deveria ser operada pelo Estado. A ele caberia impulsionar a luta apoiado na aliança entre os setores progressistas da burguesia e a classe operária. Ao Estado foi conferido um papel de arbitragem frente aos impasses econômicos e sociais da época.

---

[1] Caio Pardo Jr. "A crise em marcha", *RB* 6: 32.

No entanto, os interesses de classe falaram mais alto. De um lado o crescimento do proletariado logrou conquistar algumas de suas reivindicações sociais, consideradas de alto custo para a burguesia, como, por exemplo, a legislação trabalhista etc, de outro lado a vontade da burguesia em ampliar sua taxa de exploração sobre os trabalhadores.

Entre os anos de 1955 e 1964 a mobilização dos trabalhadores foi uma constante. A burguesia, tanto o setor reacionário como o progressista na acepção do nacionalismo, desejava a centralização do poder político, unificando seu comando de classe e estabelecendo sua autoridade sob o proletariado. Ela buscou na figura de Jânio Quadros o líder que necessitava, sem vinculação partidária e com as características como a classe dominante desejava, apoio popular, autoridade e fiel da ordem vigente.

Seu projeto naufragou com a renúncia de Jânio Quadros e a crise política acelerou-se. Diante da crise, o nacionalismo de esquerda fez coro uníssono de que sua principal tarefa era fortalecer os setores progressistas da burguesia.

No discurso nacionalista caberia, então à classe operária subordinar seus interesses históricos de classe ao estabelecer aliança com a burguesia nacional, para que um verdadeiro governo nacionalista fosse viável.

A crise política crescia e o nacionalismo de esquerda continuou defendendo essa mesma política, insistindo que o setor progressista avançaria para o concurso de uma política de soberania frente ao grande capital estrangeiro e se chocaria com os latifundiários.

Não demorou muito para que a face de classe da burguesia prevalecesse sobre as elaborações políticas do nacionalismo de esquerda. A denominada burguesia nacional, incluindo seus setores progressistas e reacionários, junto com o grande capital estrangeiro, demoliram a política etapista da revolução, ao desferirem um golpe militar.

O Estado, que na concepção do nacionalismo de esquerda era encarado como árbitro, revelou sua natureza de classe em favor da burguesia. O golpe militar que depôs o governo de João Goulart destruiu, inclusive fisicamente, os líderes da vanguarda operária. Esse exemplo ilustra como durante a fase em que esses militantes defendiam a colaboração com a burguesia nacional, essa mesma classe conspirava contra a frágil democracia instalada no país.

A estratégia de aliança de classes mostrou-se falha sob o ângulo dos interesses operários. E mesmo que, em última instância, uma aliança da classe operária com o setor "progressista" da burguesia fosse capaz de derrotar o imperialismo e o latifúndio, seria um contrasenso com os interesses históricos do proletariado deixar que um setor da burguesia consolidasse seu poder, não aproveitando a oportunidade para avançar contra o domínio capitalista, destruindo-o.

Na análise das contribuições publicadas pela *Revista Brasiliense*, entre 1955 e 1964, verificamos que a opção de seus mentores pelo nacionalismo de esquerda significou, por extensão, a permanente defesa de uma política de colaboração de classes. Essa visão decorria de uma concepção etapista das transformações sociais.

Optamos por verticalizar a abordagem do objeto, elegendo quatro temas centrais a fim de comprovar que sua visão de estratégia política permeou em todos os campos a análise da realidade nacional e a compreensão dos problemas brasileiros.

Reconhecemos que a *Revista Brasiliense* não foi o único e exclusivo orgão de propaganda e agitação do pensamento nacionalista, no período de 1945 a 1964, momento em que essa foi a ideologia predominante. Existem outras fontes no espectro ideológico da esquerda que permitem verificar o significado do nacionalismo, o qual também não pode ser visto como uma estratégia limitada exclusivamente a ela.

Como observamos o nacionalismo encontrou no ISEB, respaldo governamental. Em outra esfera institucional, na ESG, o nacionalismo de cunho autoritário, enfeixado na Doutrina de Segurança Nacional, conquistou espaço e logrou sair vitorioso, no curso da crise que assolou o país nos primeiros anos da década de 60.

Nossa proposta foi a de debater uma das versões de nacionalismo, a de esquerda. Ao eleger como fonte de pesquisa a *Revista Brasiliense* nos deparamos com uma riqueza de discussões e propostas, fundamentais para a compreensão do nacionalismo no Brasil e suas diversas configurações, no período 1945 a 1964.

Ao fim da tarefa, concluímos ser a *Revista Brasiliense* uma fonte inestimável para o entendimento da cultura histórica da época. Relativamente próxima em termos temporais, mas distanciada das novas gerações em função da ditadura militar que promoveu uma ruptura entre essa gerações. A geração contemporânea da *RB* foi censurada, alguns deles enfrentaram o exílio, foram presos ou mortos.

As novas gerações que ingressaram no debate político após o fim do regime militar ainda não concluíram seu esforço por resgatar as experiências das gerações que vivenciaram os anos de publicação da revista e a resistência ao golpe militar, pois como vimos os primeiros estudos sobre a revista surgiram a partir de 1985.

1989 promoveu uma ruptura com os quadros referenciais até então existentes. Na opinião de Hobsbawn, encerrou um século curto, inspirando neste momento a necessidade de um balanço crítico dos marcos históricos.

Fontes e bibliografia

1. Fontes

Revista Brasiliense nº 1 set./out. 1955

nº 51 jan./fev. 1964

2. Obras de referência

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV/CPDOC, Finep, 1984.

Produção Histórica no Brasil: 1985-1994: catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história . Maria Helena Rolim Capelato (Coord.). São Paulo. Xamã; 1995. Projeto: pós-graduação-ANPUH; pesquisa, informação e intercâmbio, 3 volumes.

3. Bibliografia citada

Arantes, P.E. **Sentimento da Dialética.** Na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antônio Cândido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Beiguelman, P. "A Revista Brasiliense e a expressão do nacionalismo econômico brasileiro" in D'Incao, M. A. **História e Ideal.** Ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo Brasiliense/UNESP/Secretaris de Estado da Cultura. 1989. p. 449-474.

Bandeira, M. **A Presença dos Estados Unidos no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

----- **Cartéis e Desnacionalização**.(A experiência brasileira: 1964-1974) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

----- **O Milagre Alemão e o Desenvolvimento Brasileiro**. As relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949 - 1994). São Paulo:Ensaio, 1994.

Benevides, M.V.M. de. **O Governo de Kubitschek.** Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política 1956-1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Buarque de Holanda, S. "A Herança de colonial - sua desagregação". in **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel; 1970, T. II, v. 1., pp. 9 -39.

Carone, E. **A Quarta República (1945-1964).** Documentos. São Paulo: Difel, 1980.

----- **O Marxismo no Brasil**: (das origens a 1964). Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

Chaliand, G. **Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

Delfin Neto, A. **O Problema do Café no Brasil.** São Paulo: Fipe-USP, 1981.

D'Incao, M.A. **História e Ideal.** Ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo: Brasiliense\UNESP\Secretaria de Estado da Cultura, 1989

Fausto, B.(dir.) **História Geral da Civilização Brasileira.** O Brasil Republicano. São Paulo: Difel; 1977-1981, 3V.

Fico, C. e Polito, R. **A História no Brasil (1980-1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992, v. 1.

Foot, F. e Leonardi, V. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**: (das origens aos anos vinte). São Paulo: Global, 1982.

Glezer, R. **O Fazer e o Saber na Obra de José Honório Rodriguês: um modelo de análise historiográfica**. Tese de Doutorado. DH-FFLCH-USP; 1977, mimeo.

Gomes, A. C. **História e Historiadores**. A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 1996.

Ianni, O. **O Colapso do Populismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Hallewell, L. **O Livro no Brasil (sua História).** São Paulo: T.A. Queiroz; Edusp, 1985.

Hobsbawn, E. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Holloway, T. **Vida e Morte do Convênio de Taubaté**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1978.

Janotti, M. de L. M. **João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador.** São Paulo: Ática, 1977.

Lapa, J. R. do A.**Historiografia Brasileira Contemporânea.** (A História em Questão). Petrópolis: Vozes, 1981.

----- **História e Historiografia**: Brasil pós-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Lima, H. F. **Caminhos Percorridos.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

----- "Revista Brasiliense: sua epóca, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas." in Moraes, R. Antunes, R. Ferrante, V. (org) **Inteligência Brasileira.** São Paulo. Brasiliense. 1986. p.179-192.

Limonge, F. P. "Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense." **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** (5) vol. 2 OUT/1987

Lowy, M. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Munchausen**. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.

Luxemburgo. R. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: São Paulo, Nova Cultural, 1985.

Magdoff, H. **A Era do Imperialismo**: a economia da política externa dos Estados Unidos. São Paulo: Hucitec, 1978.

Mandel, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Maranhão, R. "O Estado e a política 'populista' no Brasil (1954-1964)", in Fausto, B. (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano. São Paulo: Difel; 1981; T. III, v. 3, pp. 257-294.

Martins, W. **História da Inteligência no Brasil**. (1933 - 1960). São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979, v.7.

Marx, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

----- **Teorias da Mais-Valia**. História crítica do pensamento econômico. Saõ Paulo: Difel, 1980.

Mello, J.M.C. de **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

Melo. J.G. "Caio Prado Jr. Revista Brasiliense, Nacionalismo" **História.** (4) 1985.

Mendes, J.G.D. **Alguns Aspectos Essenciais do Pensamento Político da Revista Brasiliense.** Dissertação de Mestrado. FFA-UNESP Araraquara. 1988. mimeo.

Miceli, S. (Org.) **História das Ciências Sociais no Brasil.** São Paulo: Vértice/IDESP; v.1,1989; v. 2, 1995

Miyamoto, S. **Pensamento Geopolítico Brasileiro**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: DCS-FFLCH-USP; 1981, mimeo.

Mota, C.G. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974).** São Paulo: Ática, 1980.

----- "A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica." **Debate e Crítica.** São Paulo, (5), 1975.

Moraes, R. Antunes, R. Ferrante, V. (org) **Inteligência Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

Novais, F. "Caio Prado Jr. historiador". **Novos Estudos Cebrap**, v. 2 (2), 1983.

----- **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808).** São Paulo: Hucitec, 1985.

Neto, E. C. **Minha Vida e as Lutas de meu Tempo.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

Oliveira, F. de. **A Economia Brasileira**: Crítica à razão dualista. Petrópolis: Vozes, 1987.

PCB. "O Programa do Partido Comunista do Brasil" **Problemas** 64, dez.1954 - fev.1955.

PCB Vinte Anos de Política. Documentos 1958 - 1979. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

Pécaut, D. **Os Intelectuais e a Politica no Brasil.** Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

Pedrosa, M. **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Peralva, O. **O Retrato**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

Prado, A. A. **1922 - Itinerário de uma Falsa Vanguarda**: os dissidentes, a semana, e o integralismo. São Paulo:

Prado Jr. C. **Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira.** São Paulo: Urupês, 1954.

----- **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1976.

----- **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1970.

----- **Evolução Política do Brasil**: colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 1987.

----- **Revolução Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1977.

Prado Jr. C. **História e Desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1972.

----- **Notas Introdutórias à Lógica Dialética.** São Paulo: Brasiliense, 1961.

----- **Dialética do Conhecimento.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

----- **Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica.** São Paulo: Brasiliense, 1961.

Rodrigues, J.H. **História e Historiografia.** Petrópolis: Vozes, 1970.

----- **Teoria da História do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1969.

----- **A Pesquisa Histórica no Brasil**: sua evolução e problemas atuais. São Paulo: Nacional, 1969.

----- **História e Historiadores do Brasil.** São Paulo: Fulgor, 1965.

Segatto. J. A. **Reforma ou Revolução**: As vicissitudes políticas do PCB (1954 -1964). Tese Doutorado. São Paulo: DH-FFLVH-USP; 1993, mimeo.

Silva, R.F. **Colônia e Nativismo**: a História como biografia da nação. Dissertação de Mestrado. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 1981, mimeo.

Simonsen, R. C. **História Econômica do Brasil 1500/1820**. São Paulo: Nacional, 1978.

Spindel, A. **O Partido Comunista na Gênese do Populismo.** São Paulo

Souza, M do C. C. de. **Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964).** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

Toledo, C.N. de. **ISEB: Fábrica de Ideologias.** São Paulo: Ática, 1978.

Vinhas, M. **O Partidão.** A luta por um partido de massas, 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982. Weffort, F. C. **O Populismo na Política Brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.